

# EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Organizadores  
Tais Turaça Arantes  
Ronaldo Vinagre Franjotti





**EDUCAÇÃO NA PANDEMIA: DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS**

### ***Comissão Editorial***

Ma. Juliana Aparecida dos Santos Miranda  
Ma. Marcelise Lima de Assis

### ***Conselho Editorial***

Dr. André Rezende Benatti (UEMS\*)  
Dra. Andréa Mascarenhas (UNEB\*)  
Dra. Ayanne Larissa Almeida de Souza (UEPB)  
Dr. Fabiano Tadeu Grazioli (URI) (FAE\*)  
Fernando Miramontes Forattini (Doutorando/PUC-SP)  
Dra. Yls Rabelo Câmara (USC, Espanha)  
M. Marcos dos Reis Batista (UNIFESSPA\*)  
Dr. Raimundo Expedito dos Santos Sousa (UFMG)  
Ma. Suellen Cordovil da Silva (UNIFESSPA\*)  
Nathália Cristina Amorim Tamaio de Souza (Doutoranda/UNICAMP)  
Dr. Washington Drummond (UNEB\*)  
Me. Sandro Adriano da Silva (UNESPAR\*)

\*Vínculo Institucional (docentes)

Tais Turaça Arantes  
Ronaldo Vinagre Franjotti  
(Organizadores)

**EDUCAÇÃO NA PANDEMIA: DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS**



Catu, Ba  
2021

© 2021 by Editora Bordô-Grená  
Copyright do Texto © 2021 Os autores  
Copyright da Edição © 2021 Editora Bordô-Grená

TODOS OS DIREITOS GARANTIDOS. É PERMITIDO O DOWNLOAD DA OBRA, O COMPARTILHAMENTO E A REPRODUÇÃO DESDE QUE SEJAM ATRIBUÍDOS CRÉDITOS DAS AUTORAS E DOS AUTORES. NÃO É PERMITIDO ALTERÁ-LA DE NENHUMA FORMA OU UTILIZÁ-LA PARA FINS COMERCIAIS.

*Editora Bordô-Grená*  
<https://www.editorabordogrena.com>  
[bordogrena@editorabordogrena.com](mailto:bordogrena@editorabordogrena.com)

*Projeto gráfico:* Editora Bordô-Grená  
*Capa:* Keila Lima de Assis  
*Editoração:* Editora Bordô-Grená  
*Revisão:* Anderson de Almeida Santos

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecário responsável: Roberto Gonçalves Freitas CRB-5/1549

E82

**Educação na pandemia:** [Recurso eletrônico]: desafios e perspectivas / Organizadores Ronaldo Vinagre Franjotti; Tais Turaça Arantes. – Catu: Bordô-Grená, 2021.

1177kb, 123fls. il: color

Livro eletrônico  
Modo de acesso: Word Wide Web  
<[www.editorabordogrena.com](http://www.editorabordogrena.com)>  
Incluem referências

ISBN: 978-65-87035-47-5 (e-book)

1. Educação. 2. Pandemia. 3. Ensino aprendizagem. I. Título.

CDD 370  
CDU 37

Os conteúdos dos capítulos são de absoluta e exclusiva responsabilidade dos autores.



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Luis Felipe Figueiredo Leitão</i>	
I. A UTILIZAÇÃO DA MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO DE PANDEMIA: UM ESTUDO DE CASO	13
<i>Cíntia Rocha Martins</i>	
II. NOVOS CENÁRIOS, VELHAS HISTÓRIAS: REFLEXÕES E IMPACTOS DA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS	38
<i>Gustavo L. Urbieto e Emmanuel Messias V. G. da Silva</i>	
III. UMA ANÁLISE DA PANDEMIA DO COVID-19 SOB A ÓTICA FILOSÓFICA: ASPECTOS DE POTENCIAIS DEBATES DENTRO DA SALA DE AULA E FORA DELA	51
<i>Luis Felipe Figueiredo Leitão</i>	
IV. A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA E SUA DIMENSÃO PEDAGÓGICA	68
<i>Felipe Vieira Gimenez</i>	
V. GESTÃO, AVALIAÇÃO, APRENDIZAGEM E PANDEMIA	85
<i>Ronaldo Vinagre Franjotti</i>	
VI. A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA PROPOSTA COM A COMPETÊNCIA 8 DA BNCC	95
<i>Tais Turaça Arantes</i>	
VII. RELATOS DE UM PROFESSOR: OLHANDO PARA O BRINCAR	108
<i>Hugo Augusto Turaça Leandro</i>	
SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS	119
SOBRE OS ORGANIZADORES	121

## APRESENTAÇÃO

A emergência do SARS-COV-2 estabeleceu indiscutivelmente um novo tempo transformando a pandemia de Covid-19 em um marco temporal na história global e dos países, nesse caso último guardando as respectivas especificidades, que, por sua vez, já se circunscrevia em um período cujas atenções de historiadores, filósofos, sociólogos, cientistas políticos e demais analistas já estavam depositadas em decorrência do forte retorno de ideais conservadores debruçados sobre um diálogo já velho conhecido entre políticas econômicas de caráter liberal e políticas de Estado rígidas e inclinadas às ideias totalitárias.

Dessa forma, independente do caminho que se escolha, a percepção do retorno ao tabuleiro do jogo desses velhos conhecidos e seus respectivos efeitos não se esvai. Seja adotando a perspectiva marxista, exposta na introdução de seu *18 de Brumário*, onde acrescenta à observação hegeliana acerca da tendência à repetição que fatos históricos apresentam sobre grandes nomes e grandes eventos que se dão, na primeira vez, como tragédia e na segunda como uma farsa; seja orientando-se pela controversa Teoria das Gerações, proposta pelo economista e historiador Noel Howe e pelo dramaturgo William Strauss, que propõe que a história das nações segue um padrão cujo marco principal são grandes crises ocorrentes em intervalos previamente identificáveis e associadas às mudanças geracionais, cujo total são quatro seguindo ainda, segundo os autores, um paralelo metafórico com as estações anuais.

Considerando como agravantes as condições históricas brasileiras de cultura, sociedade e política enquanto orbitais e marginais – quando não dominadas pelo estrangeirismo – e a condição de economia emergente nos melhores períodos históricos associadas ao cenário global de crise generalizada em 2016 que tendeu a reforçar e ser reforçada, no âmbito nacional, pelas instabilidades políticas e econômicas que se arrastam até este momento em que amargamos o segundo lugar do mundo em número de

casos e de mortes por Covid-19<sup>1</sup> e após um ano do primeiro caso no país, nunca foi muito difícil perceber que os efeitos da pandemia do novo Coronavírus se fariam mais sensíveis por aqui do que em outros países – ainda que emergentes ou cujas economias se apresentem mais fragilizadas.

Portanto, a pandemia causada pelo SARS-COV-2 alterou profundamente o ritmo de vida de todo o mundo colocando cada indivíduo sob um toque de recolher permanente e cada sociedade frente ao espelho figurando, ainda, como um duríssimo teste para Estados e estadistas, para políticas sociais, econômicas e sanitárias. E, então, paralisadas as funções mais básicas na maioria dos países do globo, incluindo o Brasil, viu-se reduzir ainda mais drasticamente os índices de empregos desestabilizando o mercado interno, descontrolando a economia nacional e conduzindo o país e a sociedade ao colapso alimentado por embates e debates entre prós e contras acerca de medidas preventivas e sobre a vacinação. O desserviço prestado pelo negacionismo latente escancara os alvos das mazelas históricas mais básicas do nosso país: a educação e o ensino.

Nesse sentido, o ensino remoto se fez o novo normal em meio a debates persistentes e pouco, ou quase nada, fundamentados em prol do avanço da modalidade EAD na substituição ao ensino presencial em muitas esferas dos ensinos atrelados às propostas de redução de custos também manifestadas na diminuição de carga horária de cursos das áreas artísticas, sociais e humanas propagando a ideologização dos mesmos bem como uma pseudo-falta de “utilidade”, de imaginativas escolas partidárias e aumento de sucateamento das instituições e dos profissionais da educação.

EDUCAÇÃO NA PANDEMIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS apresenta sete textos capitulados sob a organização da professora Taís Turaça Arantes e Ronaldo Vinagre Franjotti que abordam analiticamente as influências exercidas e relações existentes entre educação e pandemia com algumas áreas de ensino escolar e acadêmica. Com a expectativa de contribuir com as questões pertinentes a esse período específico e a esses

---

<sup>1</sup> Segundo a World Health Organization. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acessado em 21/03/2021

campos, fundamentais para o desenvolvimento do país como um todo, apresentamos os trabalhos aqui constados e escritos cuidadosa e carinhosamente.

Luis Felipe Figueiredo Leitão

# CAPÍTULO I

---

# A UTILIZAÇÃO DA MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO DE PANDEMIA: UM ESTUDO DE CASO<sup>1</sup>

Cíntia Rocha Martins

## INTRODUÇÃO

A utilização da musicalização como instrumento de ensino na educação infantil, se faz essencial por prezar uma visão subjetiva que busca desenvolver a autonomia e a sensibilidade humana ao trabalhar com a imaginação e a criatividade do aluno. Para Nérici (1972, p. 12) “a educação deve orientar a formação do homem para ele poder ser o que é da melhor forma possível”.

Segundo Brésia (2003, p. 22), desde a antiguidade, a importância da relação música com a área de educação já era vislumbrada devido ao fato desta servir como um veículo de desenvolvimento psicomotor, socioafetivo e cognitivo/linguístico. Ao fazer uso da música como instrumento de ensino, o educador estimula a aprendizagem de forma facilitada e prazerosa, mediante a natural sensibilidade humana à musicalidade.

Através da música, desenvolvem-se de forma lúdica e conjunta, os movimentos corporais, as emoções individuais e os conceitos culturais dos alunos com intensidade e integralidade. “Evocar a realidade de cada um faz parte de um processo educativo musical que tenha como objetivo a superação do senso comum e a busca da harmonia entre a música e o indivíduo, entre este e o mundo” (LOUREIRO, 2003, p. 117, *apud* JEANDOT, 2007).

Simone Binow (2010, p.47) afirma que:

---

<sup>1</sup> Este texto foi desenvolvido a partir do TCC realizado pela aluna e orientado pela professora Tais Turaça Arantes.

O uso apropriado da música como ferramenta didático-pedagógica oferece aos alunos a oportunidade de integração das quatro habilidades da língua: ouvir, falar, ler e escrever, bem como permite a revisão de vocabulário e estruturas gramaticais, pois retratam a língua no seu contexto real. (inteligência linguística)

O trabalho realizado com a utilização da música ajuda também no desenvolvimento da escrita e da leitura da criança, pois auxilia no desenvolvimento do vocabulário, capacidade de concentração, fixação de dados.

Através das brincadeiras e as danças desenvolvidas em utilização da música desenvolve-se na criança a expressão, o equilíbrio, a autoestima, autoconhecimento e integração social. Weigel (1988, p. 15) assegura que o trabalho com a música pode proporcionar essa integração social, já que as atividades geralmente são coletivas e o trabalho em grupo produz compreensão, cooperação e participação. Sendo assim, a utilização da música como instrumento de ensino na Educação Infantil pode surtir diversos benefícios em diferentes aspectos no desenvolvimento dos alunos tais como: foco, criatividade, bagagem cultural, desenvolvimento linguístico, leitura e memória, expressão corporal e coordenação motora.

Raciocinar melhor, segundo Teca de Alencar (2001, p. 30), gera a sensação libertadora de exploração de campos até então ocultos de suas capacidades, levando aos alunos a reconhecer diferentes estilos de música de forma íntima e natural, e entenderão ambos os trabalhos musicais são associados a contextos muito distintos; aprendendo a cultivar o apreço por diferentes obras que coexistem no mundo, compreendendo suas diferenças e respeitando os gostos musicais diferentes ao seu.

A leitura e memória estão intimamente ligadas ao desenvolvimento linguístico, visto que a audição auxilia na leitura. Há entendimentos mediante pesquisas que afirmam que escutar músicas e prestar atenção aos timbres e tons melhora o desempenho acadêmico e ainda ajuda na memorização.

Conforme Teca de Alencar (2001, p. 30), o ato de cantar tende que se criem laços com as palavras presentes na letra e assim, as crianças desenvolverão a habilidade de pronunciar fonemas e memorizar as divisões

silábicas por conta dos ritmos (o que ajuda demais principalmente na fase de alfabetização).

Os estímulos recebidos por meio dos sons e do ritmo de cada canção levam a criança a se soltar e dançar bastante. O gesto contribui imensamente para que o corpo forme um repertório de expressões e movimentos (BRÉSCIA, 2003, p. 22), o que auxiliará na socialização dos tímidos com os demais colegas, pois a interação acontecerá de maneira espontânea no decorrer das atividades de expressividade corporal.

Teca de Alencar e Vera Lúcia Pessagno Bréscia reconhecem a música como uma espécie de modalidade que desenvolve a mente humana, promove o equilíbrio, proporcionando um estado agradável de bem-estar, facilitando a concentração e o desenvolvimento do raciocínio.

O manuseio de instrumentos, a dança e o simples bater palmas, são exemplos de atividades desenvolvidas que demonstram a extrema importância da influência da música para o desenvolvimento sensorial, cognitivo e social das crianças e que devem ser percebidos desde os primeiros anos escolares.

A produção de conhecimentos pedagógicos e educativos deve acontecer através do movimento de pesquisa-ação com participação da comunidade escolar de forma democrática, interdisciplinar e emancipatória. Os estudos de campo utilizando a observância prática das aulas e a entrevista sistematizada, estruturada ou não diretiva será primordial para se verificar sobre a utilização da música como instrumento de ensino na Educação Infantil, buscando identificar, apontar, argumentar e conscientizar acerca das vantagens pedagógicas, individuais e sociais envolvidos em tempos de pandemia.

## A EDUCAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA

O isolamento social defendido pela Organização Mundial de Saúde como orientação de medida de prevenção à pandemia de Covid-19 ocasionou medidas importantes acerca de regras de distanciamento em todo mundo, inclusive no Brasil. Segundo apontamentos de pesquisadores e a

experiência internacional, tais medidas tem se mostrado como estratégia mais eficaz para diminuir o número de contágios.

Buscando minimizar os danos e para suprir os inúmeros desafios, os setores governamentais, dentre eles, o Sistema de Educação, teve que se adaptar para mitigar os impactos negativos que o fechamento das escolas poderá gerar na vida dos estudantes.

A maioria das secretarias estaduais e municipais do Brasil tem tomado diversas medidas, para diminuir os transtornos, introduzindo o ensino à distância e a possibilidade de entrega de cestas básicas para as famílias dos estudantes compradas com as verbas destinadas pela merenda, visto que muitos alunos tinham a alimentação oferecida pela escola como principal ou única.

Uma mudança importante anunciada pelo governo federal que ajudou na flexibilização do ensino foi a possibilidade de cumprir a carga horária estipulada, porém não necessariamente em 200 dias letivos.

Diante disso, a maior parte dos governos municipais e estaduais brasileiros tomou a iniciativa em meados do mês de março de 2020 de paralisar as atividades nas escolas públicas e particulares.

Mas essa decisão de governos, escolas e faculdades de suspender as aulas por um período indeterminado levantaram uma série de indagações, sendo a principal, “como ficará o ano letivo em 2020?”.

Certamente, não pretendemos aqui responder todos esses questionamentos, mas sim buscar refletir sobre qual o panorama e os desafios que a educação tem para enfrentar nos próximos meses do ano de 2020. A LDB (Lei nº 9394/1996) prevê a ocorrência de situações graves que possam prejudicar a educação brasileira, no seu capítulo 2, seção 1, artigo 23, parágrafo 2 é dito que:

*§2º. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.*

Então, essa lei que determina a carga horária da educação básica, prevê a possibilidade de flexibilização dos 200 dias letivos do calendário escolar em situações emergenciais.

Além disso, a LDB também prevê a possibilidade de utilizar plataformas de ensino a distância como complemento à aprendizagem, conforme consta no Capítulo 2, seção 3, artigo 32, parágrafo 4, a respeito do Ensino Fundamental:

*§4º que o ensino a distância pode ser utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais na educação fundamental.*

Sendo assim, no mês de março, diversos governos municipais e estaduais criaram estratégias e decretaram a suspensão das aulas em seus territórios, entre elas aderiram-se principalmente as aulas realizadas à distância através de plataformas on-line, e-mails, aplicativos e até mesmo redes sociais, onde o objetivo das instituições de ensino e de governos estaduais é manter o conteúdo programático e as atividades educacionais. Mas, apesar de estarmos numa realidade onde o virtual está muito presente no nosso dia a dia, essas estratégias enfrentam diversos desafios.

Um dos principais desafios, principalmente para alunos de escolas públicas, mas que não é exclusivo desta, é o acesso a essas plataformas. Na realidade brasileira temos alunos que precisam ir para a escola para garantir uma alimentação diária, é utopia pensar que esses alunos terão condições de acesso ao ensino à distância.

Outra questão é que nesse cenário de tensão causado pela pandemia, muitos professores e alunos não conseguem se concentrar tanto para ensinar como para aprender.

Além do problema com o acesso, outra dificuldade está no domínio das tecnologias, a qual os professores estão passando e buscando se adaptar às tecnologias até então não dominada por eles. Muitos estão recebendo treinamento de seus respectivos colégios, mas isso não garantirá o pleno domínio em tão pouco tempo. Sem falar que muitas dessas plataformas foram criadas ou adaptadas nos últimos dias como estratégia para esse momento de isolamento social, ou seja, não há como ter certeza de como será o seu funcionamento.

Outra questão é a dificuldade para que as crianças e adolescentes criem uma rotina de estudos em casa principalmente em meio à tensão.

Normalmente, as atividades de tarefas para casa só são realizadas com a cobrança dos pais ou com a proximidade de vestibulares e Enem.

Agora imaginem a necessidade de criar uma rotina de estudos em meio a uma pandemia. É de se esperar que nem todos os alunos consigam de imediato se organizar e cumprir toda a carga de atividades repassadas a eles. Não podemos deixar de considerar que embora existam aqueles que não estão nem um pouco se importando com o cenário atual e só estejam usando o tempo “livre” para jogar videogames ou algo do gênero, existem também aqueles que estão passando por um momento de ansiedade.

Assim como os professores estão enfrentando dificuldades em relação ao acesso à computadores e internet, certamente essa dificuldade é ainda maior entre os alunos. Então, é correto afirmar que nem todos os alunos serão atingidos por essa estratégia de aulas em plataformas digitais.

Sem pensar que nada impede que esses professores e alunos possam ter se contaminado e passem a manifestar os sintomas da doença. Mesmo que não seja diretamente ele que esteja infectado. A realidade de um familiar doente pode alterar completamente a rotina e o bem-estar psicológico daquela família.

Sendo assim, é necessário que nós, enquanto profissionais da educação, façamos uma reflexão da situação que estamos vivenciando. Precisamos também ponderar nossas ações diante dessa realidade.

Acreditar que o ensino a distância, por si só, irá solucionar todos os problemas da educação brasileira nesse período, é ignorar a realidade do nosso país e os efeitos psicológicos que uma pandemia pode gerar. Assim como, achar que a tecnologia irá resolver todos esses desafios é ir contra a reflexão contemporânea de educadores. Que apontam a necessidade da mediação do professor nesse processo, não só o uso de uma plataforma ou aplicativo.

O ponto principal é a necessidade de nesse momento nós, professores e alunos, nos mantermos em casa contribuindo nesse isolamento social. Para buscar que o nosso sistema de saúde não seja abarrotado de pacientes que poderiam ter sido evitados.

Siga as orientações da sua escola ou rede de ensino. Mas lembre-se de ser coerente e não sobrecarregar você e seus alunos com uma quantidade de

atividades desnecessárias. Priorize as ferramentas que melhor se adaptem ao seu conteúdo e planeje as próximas semanas com base nesse cenário que todos estamos vivendo.

## A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO DE PANDEMIA

### *Música: uma arte essencial*

Influenciada historicamente pela ação cultural dos povos, a música pode ser definida como a arte de combinar sons em diversos estilos e, vem caminhando sempre junto de outros segmentos da arte como o a dança, o teatro e tantas outras formas de comunicação.

Devido a sua natureza como meio de comunicação universal, atualmente a música se encontra presente em todas as mídias e é constantemente utilizada como instrumento de sensibilização social, transmitindo mensagens educativas, de vendas, política, filantropismo, fins religiosos, protestos, noticiário etc. Ferreira (2010, p. 17), caracteriza a música como, “além da arte de combinar sons, uma maneira de exprimir-se e interagir com o outro e assim devemos compreendê-la”.

Snyders (1994) afirma que, a música, através de suas vibrações, exerce um poder sobre o corpo e influencia o movimento de forma incomparável às outras artes. A percepção proporcionada pelos sons das músicas funciona como estímulos de comportamento contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e pessoal do ser humano (PFUTZENREUTER, 1999).

Por se tratar de uma arte extremamente rica e que dispõe de farto e vasto repertório acessível em qualquer lugar do nosso planeta (FERREIRA, 2010, p. 26), podemos perceber que as atividades desenvolvidas pelo aluno que envolve experiências musicais possibilitam um melhor desenvolvimento do pensamento criativo ao ampliar a sua forma de expressão e de entendimento do mundo.

O enraizamento psicológico desenvolvido pelas emoções musicais atinge uma espécie de existência corporal (SNYDERS, 1994, p. 85) e, devido

a isto, a relação íntima da música com o ensino exerce um grande poder de persuasão sobre o aluno ao ser utilizado como instrumento para a memorização e para o aprendizado de qualquer assunto.

### ***A música na educação infantil***

As experiências musicais vêm exercendo ao longo da história da aprendizagem uma importante influência na educação infantil, demonstrando a cada dia o quanto que a utilização da música como instrumento de ensino se faz essencial para o desenvolvimento das capacidades sensoriais, da autonomia, a sensibilidade humana, o desenvolvimento intelectual e afetivo da criança nos primeiros anos de vida.

O estímulo musical infantil pode ser identificado desde bem cedo mediante as formas primárias de interação dos pais ao buscarem a comunicação com as pequenas brincadeiras utilizando a própria voz e diversos sons ritmados de para chamar atenção do bebê.

O ato de cantar, embalar, dar pequenas palmadas, brincadeiras que têm a ver com o movimento e a dança, são formas primárias de comunicação pré-verbais estabelecidas entre pais e filhos e pode ser considerada como porta de entrada dos primeiros estímulos musicais, pois desde já incentiva simultaneamente a aquisição da língua materna e o desenvolvimento da competência musical mediante o ato de observar o outro para depois executar e facilita o desenvolvimento das capacidades sensoriais e a estruturação equilibrada da personalidade como alicerces para aquisições cognitivas posteriores.

Assim, o encanto lúdico transmitido pelas canções, cantigas de roda, brincadeiras, danças entre outros, consolida a aprendizagem em sala de aula de Educação Infantil forma prazerosa e natural. Stabile (1988, p. 121) destaca que “a música e a dramatização permitem a expressão pelo gesto e pelo canto, o que traz satisfação e alegria”.

Stabile afirma que:

A expressão musical desempenha importante papel na vida recreativa de toda criança, ao mesmo tempo em que desenvolve sua criatividade... Na faixa pré-escolar, um dos objetivos é fazer com que a criança desenvolva sua

noção e sua expressão de ritmo. A música faz disso uma brincadeira gostosa e atraente. (STABILE, 1988, p. 122)

O maior desafio no ato de ensinar com a utilização da música na educação infantil é conseguir despertar o interesse da criança do prazer em aprender e, assim, conseguir integrar o seu domínio cognitivo com o afetivo, visto que, se o interesse não for despertado, a aprendizagem diminuirá ou deixará de ocorrer (PRADO, 1998).

Doutro modo, o desenvolvimento de atividades deve acontecer mediante o manuseio de instrumentos, dança ou simples bater de palmas, que proporcionam a comunicação e a interação num clima harmonioso e seguro que proporcione paz de espírito, controle emocional e concentração. Segundo Rosa:

A linguagem musical deve estar presente nas atividades [...] de expressão física, através de exercícios ginásticos, rítmicos, jogos, brinquedos e rodas cantadas, em que se desenvolve na criança a linguagem corporal, numa organização temporal, espacial e energética. A criança comunica-se principalmente através do corpo e, cantando, ela é ela mesma, ela é seu próprio instrumento. (ROSA, 1990, p. 22-23)

O educador, ao fazer uso da música como instrumento de ensino, estimula a aprendizagem de forma facilitada e prazerosa, mediante a natural sensibilidade humana à musicalidade fixando na memória do aluno, situações que poderão ser reutilizadas quando adultos (PFUTZENREUTER, 1999).

Simone Binow (2010, p. 47) afirma que:

O uso apropriado da música como ferramenta didático-pedagógica oferece aos alunos a oportunidade de integração das quatro habilidades da língua: ouvir, falar, ler e escrever, bem como permite a revisão de vocabulário e estruturas gramaticais, pois retratam a língua no seu contexto real. (inteligência lingüística)

A leitura e memória estão intimamente ligadas ao desenvolvimento lingüístico, visto que a audição auxilia na leitura. Há entendimentos mediante pesquisas que afirmam que escutar músicas e prestar atenção aos timbres e tons melhora o desempenho na aprendizagem acadêmica e ainda ajuda na memorização. Assim, o trabalho realizado com a utilização da

música prepara o aluno da Educação Infantil para um futuro desenvolvimento da escrita e da leitura ao auxiliar no desenvolvimento do vocabulário, capacidade de concentração e fixação de dados. Conforme Teca de Alencar (2001, p. 30), o ato de cantar tende a criar laços com as palavras presentes na letra e assim, as crianças desenvolverão a habilidade de pronunciar fonemas e memorizar as divisões silábicas por conta dos ritmos (o que ajuda demais principalmente na fase de alfabetização). Loureiro afirma que “Evocar a realidade de cada um faz parte de um processo educativo musical que tenha como objetivo a superação do senso comum e a busca da harmonia entre a música e o indivíduo, entre este e o mundo” (LOUREIRO, 2003, p. 117, *apud* JEANDOT, 2007).

Os estímulos recebidos por meio dos sons e do ritmo de cada canção auxiliam na socialização dos tímidos com os demais colegas mediante interação espontânea no decorrer das atividades de expressividade corporal. Gainza (1988 p. 129) define que o processo vivo do ensino-aprendizagem deve acontecer mediante a imitação de sons e de expressão corporal do professor e do aluno, constituindo assim um desenvolvimento pleno, alegre e educativo.

Stabile (1988, p. 122) dispõe que “a expressão musical desempenha importante papel na vida recreativa de toda criança, ao mesmo tempo em que desenvolve sua criatividade, promove a autodisciplina e desperta a consciência rítmica e estética”.

Desde a antiguidade já era vislumbrada a importância da relação música com a área de educação devido ao fato desta servir como um veículo de desenvolvimento psicomotor, socioafetivo e cognitivo/linguístico. Realmente é inegável a influência que a música proporciona em todas as áreas do conhecimento ao aperfeiçoar a percepção auditiva, imaginação, coordenação motora, memorização, socialização, expressividade, percepção espacial etc.

Ao desenvolver no tempo da criança, de forma lúdica e conjunta, os movimentos corporais, as emoções individuais e os conceitos culturais com intensidade e integralidade, os conhecimentos adquiridos pela música são somados aos demais conhecimentos já existentes mediante a interação lúdica que forma e concretiza um novo conhecimento de forma interna

desenvolvendo assim a mente humana, promovendo o equilíbrio, proporcionando um estado agradável de bem estar, facilitando a concentração e o desenvolvimento do raciocínio.

Segundo Teca de Alencar (2001, p. 30), a música gera a sensação libertadora de exploração de campos até então ocultos de suas capacidades, levando aos alunos a reconhecer diferentes estilos de música de forma íntima e natural, e entenderão ambos os trabalhos musicais são associados a contextos muito distintos; aprendendo a cultivar o apreço por diferentes obras que coexistem no mundo, compreendendo suas diferenças e respeitando os gostos musicais diferentes ao seu.

Para Medina (1973), a música dispõe de símbolos que expressam seus valores sociais aos quais devem ser entendidos e trabalhados a fim de despertar em seu aluno a sensibilidade acerca da consciência crítica social desde cedo, para que venham conhecer e respeitar a diversidade cultural, começando pelas diferentes individualidades dos coleguinhas.

### ***A importância da música para as crianças no período da pandemia***

Neste período de ensino a distância em que estamos enfrentando no ano de 2020 por conta da pandemia de Covid-19, foram necessárias diversas adequações educacionais para a viabilidade de aplicações de aulas a distância mediante a modalidade *online*.

Neste contexto, os professores de Educação Infantil também tiveram que se adequar. Além de preparar as atividades e planejar as aulas, agora visando uma apresentação por vídeos na modalidade *online*, postadas especialmente para seus alunos, os professores tiveram também que aprender montar cenários, a gravar, editar e postar os vídeos na internet.

Esta nova realidade educacional, até então desconhecidas por muitos, exige do profissional de educação uma criatividade latente e renovatória a cada dia para que produzam conteúdos interessantes em seus vídeos-aulas com o objetivo de atrair a atenção do aluno buscando a fixação da aprendizagem almejada em seu planejamento de aula.

A utilização da música como instrumento de ensino na Educação Infantil não poderia estar excluída dentre as ferramentas indispensáveis

para a construção da aprendizagem mediante as aulas em tempos de pandemia devido a sua natureza de comunicação universal de estímulo do raciocínio, da criatividade e desenvolvimento de outros dons e aptidões das crianças.

Numa aula *online*, podemos considerar que o professor pode utilizar a música como base para a execução de diversas atividades artísticas como o teatro e a dança, ao buscar interferir na receptividade sensorial e minimizar os efeitos de fadiga ou da excitação do aluno gerados pela adaptação a essa nova modalidade de ensino implantada por causa da pandemia.

A arte aumenta a eficiência do homem – e daí reformadores como Frourier terem atribuído grande valor à música e as outras formas de arte que o trabalhador goze durante o trabalho, sentindo-se mais feliz com a vida que vive e com o trabalho que executa. (FREYRE, 1980, p. 17)

A aplicação prática da música na Educação Infantil tem sido bastante desenvolvida nos planejamentos dos professores nesse período de distanciamento social, e mesmo ainda estando em caráter de adaptação, o professor tem conseguido, independente da didática escolhida ou a complexidade do assunto, a consolidação dos objetivos de seu plano de aula *online* ao despertar emoções e um maior envolvimento mediante o prazer de interação de parceria.

Dessa forma, acredita-se que as proposituras de projetos musicais *online* seriam uma boa estratégia a ser utilizada na Educação Infantil neste momento de isolamento, onde os alunos desenvolveriam junto com alguém de sua casa um determinado conteúdo musical específico que estimule a cooperação e proatividade vindo aprimorar diversas aptidões das crianças tais como: habilidades auditivas, desenvolvimento motor, concentração, o estímulo, a criatividade entre outras integrações com as demais matérias. Num quadro geral, podemos afirmar que a utilização da música como ferramenta de ensino de Educação Infantil em aulas *online* em tempo de pandemia tem promovido a integração e aperfeiçoamento do desempenho dos alunos e otimização do ensino como um todo.

## ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO

Para o recolhimento e aprofundamento dos dados observados neste estudo de caso, optamos pela coleta mediante questionário. Assim, elaboramos um conjunto de questões específicas visando gerar os dados necessários para se atingir os objetivos deste projeto de pesquisa. Segundo Hartley (1994), a coleta de informações, favorece a análise de caso mais detalhada acerca do contexto do grupo e dos processos envolvidos no fenômeno de estudo.

O questionário se trata de um método qualitativo, confiável e largamente utilizado em pesquisas em ciências sociais, podendo ser aplicado na forma física, com anotações manuais das respostas adquiridas de forma pessoal, ou de forma eletrônica mediante o uso da internet.

Moysés et al discorrem no artigo *Coleta de dados para pesquisa acadêmica* (2007) acerca da possibilidade de coleta de dados na modalidade eletrônica. Apesar de ser ainda pouco difundida no Brasil, vislumbramos que esta se tornou a forma mais viável e conveniente neste período de distanciamento social motivados pela pandemia de Covid-19, devido ao fato de possibilitar aos respondentes ao acesso do questionário de qualquer lugar, de forma rápida, como menores custos e possibilitando a obtenção de grandes amostras de dados mediante o uso da Internet para a coleta de dados. Além do fator de causar menores danos ao meio ambiente por possibilitar a redução de consumo de papel para a entrega das respostas.

Em nossa análise de caso, utilizamos a versão eletrônica do questionário mediante um aplicativo de gerenciamento de pesquisas chamado *Google Forms*, a qual possibilita a pesquisa mediante questionários e formulários de registro, coletando as informações e transmitindo automaticamente os resultados do questionário para o pesquisador. Os recursos de colaboração e compartilhamento para vários usuários facilitaram bastante o acesso do questionário para os professores colaboradores.

Apresentaremos adiante os resultados adquiridos a partir da realização do questionário, a qual quarenta e sete profissionais da educação

participaram como colaboradores e, a análise gráfica correspondente aos dados colhidos:

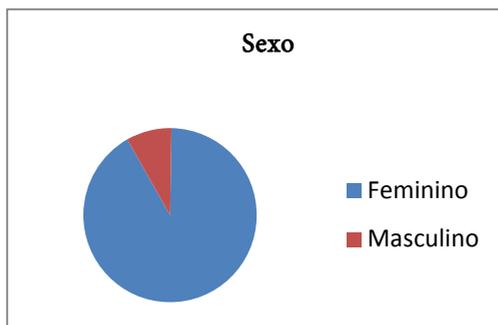
No que tange a esfera de escola, como pode ser observado na figura 1, em que trabalham, os dados informam que 66,3% são funcionários de escolas públicas, enquanto 33,7% trabalham em escolas privadas, como observado na figura 1:

Figura 1 - Gráfico 1 (Fonte própria)



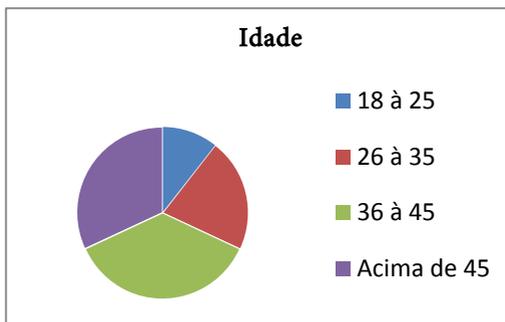
Dentre os professores entrevistados, como podemos observar a figura 2, apurou que 8,5% dos participantes são do sexo masculino e que, quase a integralidade, representada por 91,5% são do sexo feminino, como pode ser observado na figura 2:

Figura 2- Gráfico2 (Fonte própria)



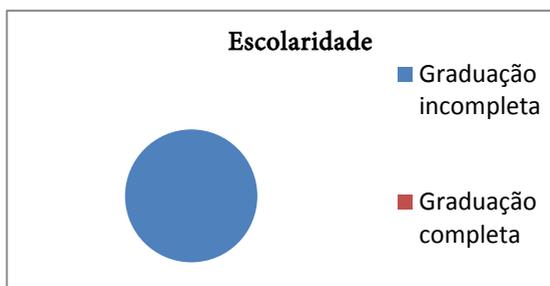
Em relação à idade, como podemos observar a figura 3, 10,60% têm idade entre 18 e 25 anos, 21,30% entre 26 e 35 anos, 36,20% entre 36 e 45 anos e 31,9% mais de 45 anos. O que demonstra uma diversificada diferença entre as idades dos participantes da pesquisa, como pode ser observado na figura 3:

Figura 3 - Gráfico3 (Fonte própria)



A análise em relação à escolaridade demonstrou que 100% dos entrevistados possuem graduação incompleta, conforme se observa na figura 4:

Figura 4 – Gráfico 4 (Fonte própria)



Em relação ao tempo de profissão, a análise demonstrou que 75,2% possuem acima de 10 anos, 19,2% de 6 a 10 anos, enquanto as outras amostragens apresentaram respectivamente os valores de 2,8% em relação ao período de menos de 1 ano e de 1 a 5 anos, conforme observa-se a informação na figura 5:

Figura 5– Gráfico 5 (Fonte própria)



No que tange a função que exercem na escola em que trabalham, os dados informam que 87,2% são professores, enquanto 8,5% trabalham como coordenadores e 4,3% atuam como responsáveis pelos alunos como observado na figura 6:

Figura 6 – Gráfico 6 (Fonte própria)



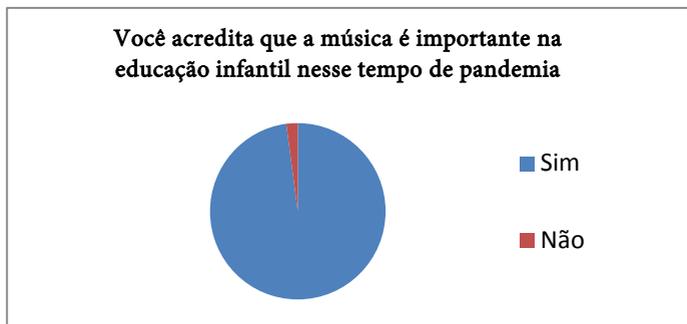
Quando indagados se acreditam na importância da música na educação infantil, os dados informam que as integralidades dos funcionários acreditam sim em sua importância, como observado na figura 7:

Figura 7– Gráfico 7 (Fonte própria)



Quase a integralidade dos profissionais de educação representados por 97,9% dos entrevistados acreditam que a música é importante na educação infantil em tempos de pandemia. Enquanto 2,1% pensam ao contrário. Conforme observado na figura 8.

Figura 8– Gráfico 8 (Fonte própria)



Mediante a resposta positiva acerca da pergunta acima, os entrevistados foram novamente indagados acerca da justificativa com a seguinte questão: Por que você acredita que a música é importante na educação infantil no período de pandemia?

Registramos respostas interessantes como, por exemplo:

1. A música é uma ferramenta que tem várias faces. Pode ser usada como relaxamento, estimulação, ritmo e pode ser também uma boa ferramenta para que o aluno tenha atenção a determinados conteúdos. Creio que a música estimula áreas cerebrais para que a aprendizagem e prazer possam estar juntos.
2. Além de contribuir para o desenvolvimento da psicomotricidade, a música é facilitadora do processo de aprendizagem. A musicalização favorece a imaginação, a criatividade, a concentração, a memória, a socialização e a autoestima.
3. Porque através da música conseguimos atrair a atenção das crianças para um melhor desenvolvendo do conteúdo.

4. Acredito na importância da música em todas as situações, mas nessa específica, acho que remete à lembrança da rotina do espaço escolar. Acredito que sirva para aproximar, socializar, trabalhar com movimentos corporais etc.
5. Em todos os períodos da vida escolar. Especialmente na pandemia, a música é importante porque relaxa, descontra, exercita a mente, o corpo e faz bem à alma e por causa do seu aspecto lúdico desperta a atenção das crianças.

Fazendo um apanhado de todas as respostas, podemos perceber que os profissionais questionados concordam em diversos aspectos acerca da importância da utilização da música na educação infantil neste período de pandemia.

A maioria das respostas compartilha do argumento de que a música alegria o processo de aprendizagem devido sua natureza de trabalhar a ludicidade, facilitando a introdução de conteúdos ao conseguir despertar o interesse para a matéria a ser aplicada, criando vínculos, aumentando a memorização espontânea, a sensibilização, a autonomia, a socialização e ajudando a desenvolver a coordenação motora da criança (o que é extremamente importante na educação infantil).

Salientaram também que por ser uma das melhores formas artísticas de expressão da vida, a música tem efeitos transformadores não somente para as crianças, mas também para os pais e professores vindo ajudar amenizar todo estresse desta época conturbada de isolamento social.

Para finalizar o questionário, foi lançada a pergunta: Como você está trabalhando com a música nesse período de pandemia?

Registramos respostas interessantes como, por exemplo:

1. Proponho brincadeiras baseadas na música. Crio um vídeo com a atividade proposta podendo ser um desenho, jogo, atividade de escrita lúdica, dobradura etc. Ou crio uma imagem em forma de convite com a proposta da atividade. Costumo enviar vídeos com a música sugerida. (*YouTube*)

2. Estamos gravando vídeos com músicas e fazendo adaptações e contação de história com personagem para chamar mais atenção e estimular o aprendizado.
3. São inúmeras as possibilidades de inserir a música nas aulas. Para começar a aula do dia, nada como uma canção de boa tarde. Para ilustrar, nada como uma história cantada. Para relaxar, uma música que nos ajude a soltar a imaginação. A música está em todo lugar, a qualquer momento.

Uma professora salientou que achou muito divertido desenvolver um projeto de construção de instrumentos para formação de bandas a qual buscou trabalhar ritmos corporais e conseqüentemente, a coordenação motora das crianças.

Nos dados da pesquisa, a maioria dos profissionais afirmam que, neste momento de pandemia, utilizam a música como instrumento para aplicação de suas aulas na educação infantil para apresentação de conteúdos acerca dos temas abordados em seu planejamento de aula (principalmente através de vídeos do *You Tube*), mediante diversas estratégias de ensino que disponibilizem através da música, elementos de conteúdo didático, contação de histórias, poemas e danças.

## CONCLUSÃO

Este estudo teve por objetivo demonstrar a importância da utilização da música como instrumento de ensino na Educação Infantil em tempos de pandemia.

Neste período de ensino a distância em que estamos enfrentando no ano de 2020 por conta da pandemia de Covid-19, utilizar a música como veículo de estímulo e desenvolvimento para a construção da aprendizagem se tornou uma estratégia fundamental para os professores da educação infantil.

Devido a sua natureza como meio de comunicação universal, a música é uma maneira de expressar e interagir com o outro, exercendo um poder sobre e influenciando o movimento de forma incomparável às outras

artes. A percepção proporcionada através de suas vibrações sonoras funciona como estímulos de comportamento contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e pessoal do ser humano e vem caminhando sempre junto de outros segmentos da arte como o a dança, o teatro e tantas outras formas de comunicação.

A importância da utilização da música como instrumento de ensino na educação infantil se dá devido ao fato desta servir como um veículo de desenvolvimento psicomotor, socioafetivo e cognitivo/linguístico. Desenvolve de forma lúdica e conjunta o aperfeiçoamento da percepção auditiva, imaginação, coordenação motora, memorização, socialização, expressividade, percepção espacial etc.

Além disso, os movimentos corporais, as emoções individuais e os conceitos culturais são somados aos demais conhecimentos já existentes mediante a interação lúdica formando um novo conhecimento concreto promovendo o equilíbrio, bem-estar, concentração e o desenvolvimento do raciocínio.

A realização da pesquisa aplicada mediante questionário contribuiu para a compreensão e certificação acerca da aplicação prática da música na Educação Infantil estar sendo bastante desenvolvida nos planejamentos dos professores nesse período de distanciamento social motivados pela pandemia.

Os dados colhidos nos levam a concluir que no geral, os professores vêm utilizando bastante a música nas aulas de educação infantil e que, independentemente da didática escolhida ou da complexidade do assunto abordado, afirmam que tal prática têm os auxiliado em conseguir consolidar os objetivos de seus planos de aula *online*.

Os docentes entrevistados afirmam que a utilizam a música nas aulas *onlines* mediante diversas estratégias de ensino que disponibilizem elementos de conteúdo didático, principalmente através de vídeos e músicas disponíveis no canal do YouTube, para apresentar e/ou auxiliar na contação de histórias, poemas e danças.

Os entrevistados garantem que a música geralmente alegria o processo de aprendizagem na educação infantil, facilita a introdução de conteúdos, aumenta a memorização espontânea, a sensibilização, a

autonomia, a socialização e ajuda a desenvolver a coordenação motora da criança, além de dar mais leveza as aulas neste período de distanciamento social.

Num quadro geral, podemos afirmar que a utilização da música como ferramenta de ensino de Educação Infantil em aulas *online* em tempo de pandemia tem promovido a integração e aperfeiçoamento do desempenho dos alunos e otimização do ensino como um todo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Judith Morisson. A MÚSICA: Instrumentos musicais e história da música. In: Aulas de canto Orfeônico. Lisboa: Forma, 1993.

ALENCAR, Teca de. *Koellreutter educador: o humano como objetivo da educação musical*. São Paulo: Peirópolis, 2001.

ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia (orgs.). *Quem tem Medo de Ensinar na Educação Infantil?* Em defesa do ato de ensinar. 4. ed. Campinas: Alínea, 2021.

Artigo: *A importância da música na educação infantil*. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/ESCOLA WEB, s/d>. Acesso em 12 de junho 2020.

Artigo: *Musicalização infantil: qual é o papel da música na educação das crianças?* Disponível em: <https://escolaweb.com.br/ ESCOLA WEB, s/d>. Acesso em 12 de junho 2020.

ASSIS, Orly Zucatto Mantovani de. *Uma Nova Metodologia de Educação Pré-Escolar*. 7ª ed. São Paulo: Editora Pioneira, 1998.

BASTIAN, Hans Gunther. *Música na Escola*, 2009.

BENNETT, Roy. *Uma breve história da música*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

COLL, César, TEBEROSKY, Ana. *Aprendendo Arte*. São Paulo: Ática, 2000.

BRÉSCIA, Vera Lúcia Pessagno. *Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva*. São Paulo: Átomo, 2003.

COPLAND, A. *Como ouvir e entender a música*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

Educação Infantil? 2ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2012.

## ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

FERREIRA, Martins. *Como usar a música em sala de aula*. São Paulo: 7.ed. Contexto, 2010.

FERREIRA, Roberto Martins. *Sociologia da Educação*. 1ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

FREYRE, Gilberto. *Arte, Ciência e Trópico*, 2ª ed. São Paulo: Difel/Difusão Editorial S.A., 1980.

GROUT, Donald J.; Claude V. Palisca. *História da Música Ocidental*. Revisão.

JEANDOT, Nicole. *Explorando o Universo da Música*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2007.

MANTOVANI, Orly Zucatto. *Uma Nova Proposta Metodológica de Educação Pré-Escolar*. 2ª ed. São Paulo: Editora São Paulo, 1982.

MELO, Cimara. *Música popular brasileira e literatura: Um estímulo interdisciplinar através dos textos*. 2004. Disponível em: <<http://www.ensinouniviate.br>> . Acesso em: Março/2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias* – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

NÉRICI, Imídeo G. *Lar, escola e educação*. São Paulo: Atlas, 1972.

OLIVEIRA, Aline Renata. *A música no ensino de língua portuguesa*. Disponível em: <<http://www.uepg.com.br/>>. Acesso em: Abril/2020.

PCN, Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte / Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3ª ed. Brasília: A Secretaria, 2011.

PEREIRA, Érica. *O ensino da língua portuguesa com música*. Disponível em: <[http://planetaeducacao.com.br](http://planetaeducacao.com.br/)>. Acesso em: Março/2020.

PILETTI, Nelson. *Sociologia da Educação*. Editora Ática, 1993.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

- ROSA, Nereide Shilaro Santa. *Educação Musical para a Pré-Escola*. Editora Ática, 1990.
- SILVA, Elizabeth Nascimento. *Recreação 4 a 5 anos*. Rio de Janeiro. Editora Sprint, 1998.
- SIMON, Marisa. *Um debate sobre o ensino de música na escola*. Dois pontos: Sendo e Pertencendo, n. 5, Osório, Abril de 2010.
- SNYDERS, Georges. *A escola pode ensinar as alegrias da música?* Trad. Maria José do A. Ferreira. São Paulo: 2. ed. Cortez, 1994.
- SNYDERS, Georges. *A escola pode ensinar as alegrias da música?* 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- STABILE, Rosa Maria. *A Expressão Artística na Pré-Escola*. São Paulo: FTD, 1988.
- TIRIBA, Lea. *Buscando Caminhos para a Pré-Escola Popular*. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Metodologia de Pesquisa*. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2005.
- WEIGEL, Anna Maria Gonçalves, *Brincando de música*. Porto Alegre RS, Kuarup, 1988.
- AGÊNCIA BRASIL. *Unesco: Covid-19 deixa mais de 776 milhões de alunos fora da escola*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-03/unesco-covid-19-deixa-mais-de-776-milhoes-de-alunos-fora-da-escola>.
- BRASIL. *LDB – Leis de Diretrizes e Bases*. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf).
- BRASIL. *Medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020*. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Decreto nº 4230/2020*. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390948>.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Edital nº 25, de 30 de MARÇO de 2020 Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM 2020 Impresso* Disponível em:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/edital/2020/edital\\_ene m2020\\_impreso.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2020/edital_ene m2020_impreso.pdf).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Plano de Contingência Nacional para a Infecção Humana pelo novo Coronavírus Covid-19*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/25/Livreto-Plano-de-Contingencia-5-Corona2020-210x297-16mar.pdf>.

MOYSÉS, G. L.R; MOORI, R.G. Coleta de dados para pesquisa acadêmica: Um estudo sobre elaboração, a validação e a aplicação eletrônica de questionário. *XXVII ENEGEP 2007*: Encontro Nacional de engenharia de produção. 09 a 11 de outubro de 2007, Foz do Iguaçu, PR, Brasil.

## CAPÍTULO II

---

# NOVOS CENÁRIOS, VELHAS HISTÓRIAS: REFLEXÕES E IMPACTOS DA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS

Gustavo L. Urbietta e Emmanuel Messias V. G. da Silva

## INTRODUÇÃO

A pandemia do Coronavírus (COVID-19) escancarou de forma evidente a Necropolítica enraizada na sociedade brasileira e manifestada pela ação da maioria dos atuais governos municipais, estaduais e principalmente o federal. A partir de Achille Mbembe (2018), entendemos a Necropolítica como o poder que decide quem vive e quem morre em uma sociedade. Para tanto, existem diferentes meios de findar determinados grupos sociais. Seja por meio de ações cruéis e escancaradas (guerras civis), seja por meio de atitudes equivocadas durante a pandemia, ou os dois. Assim, a decisão de governos municipais e estaduais autorizando a volta de aulas presenciais em meio à pandemia de Coronavírus evidencia o exercício dessa política do biopoder.

Através de pressão exercida previamente por escolas privadas e prefeituras (Manaus), o governo estadual do Amazonas cedeu e anunciou o retorno das aulas presenciais para o ensino fundamental e médio em agosto/setembro de 2020. Nesse período, Manaus já contabilizava mais de 2.000 casos semanais e o número de mortes oscilando entre 147 e 132 em função da COVID-19 (Manaus, 2020). Naquele momento, Manaus também se destacava na imprensa internacional e nacional devido a notícias e escândalos sobre a falta de oxigênio nos hospitais, falta de leitos de UTI, falta de profissionais nos hospitais, fraude na compra de respiradores, cenas de valas comunitárias em cemitérios públicos entre outros. Contudo, essa decisão durou pouco e sofreu duras críticas de especialistas da saúde, educação e autoridades da oposição. Nesta perspectiva, propostas de estudos

sobre o impacto da pandemia na educação surgiam com as primeiras reflexões e propostas de resolução.

No momento em que escrevemos esse texto (02/2021), o *Google Acadêmico* já possui aproximadamente 19.900 mil resultados para a busca “*impactos da pandemia na educação*”. Os principais estudos envolvem discussões de temáticas convergentes, i.e. impactos nas escolas públicas, biopolítica na educação, reflexões e críticas ao EAD e ao ensino remoto e desigualdade na educação. Ao serem analisados, os impactos negativos da pandemia recaem, principalmente, sobre os alunos e os professores de diferentes maneiras. A ansiedade, irritação, desconcentração, desmotivação, carga excessiva de trabalho, estresse, alteração do sono e depressão em casos mais graves, estão como os principais sinais de efeitos negativos sobre esses agentes (veja Gundim et al., 2021; Rocha et al., 2021). Deste modo, essas problemáticas tendem a ser maximizadas ou minimizadas dependendo do contexto social e estrutural em que os agentes estão inseridos, tornando o processo de ensino-aprendizagem ainda mais desigual. Mediante a isso, a dificuldade no ensino de determinadas disciplinas se tornou maior durante a pandemia de Coronavírus. Por exemplo, Ciências Naturais, isto é Ciências, Biologia, Química devido ao caráter prático, experimental e investigativo que envolve essa grande área de ensino.

A interrupção do ensino básico e de Ciências Naturais durante surtos, epidemias e pandemias, não é uma novidade para a educação brasileira. Desde a sua colonização, o Brasil viveu intensos períodos de doenças, isto é gripe espanhola (1918-1920), varíola (1563-1971), peste bubônica (1900-1907) e febre amarela (1685 - 2018)<sup>1</sup>. Esses episódios causaram o fechamento de escolas, universidades e forçaram o estabelecimento de novas estratégias de ensino. O naturalista teuto-brasileiro Fritz Müller<sup>2</sup> foi um dos primeiros professores de Ciências

---

<sup>1</sup> Existem divergências quanto a exatidão de algumas datas. Por exemplo, o primeiro caso de peste bubônica no Brasil foi registrado na cidade de Santos em 1899. Mas os dados oficiais consideram apenas o início da epidemia a partir de 1900.

<sup>2</sup> Fritz Müller coletou e estudou animais e plantas no estado de Santa Catarina em meados de 1864. Frequentemente, mantinha contato por correspondências com o amigo e naturalista Charles Darwin. Utilizando os dados provenientes do sul brasileiro, escreveu o livro “Para

Naturais a fechar uma escola no município de Desterro (SC) em 1852 por conta de uma epidemia de febre amarela (Souza et al., 2017). Nesse período, sem estrutura e meios adequados, a principal solução foi fechar as escolas e esperar a epidemia acabar. Até março de 2020 aproximadamente 1.457.220.656 de estudantes em mais de 160 países foram afetados com o fechamento das escolas (UNESCO, 2021). Após 168 anos, com considerável avanço tecnológico e educacional, muitas escolas brasileiras tiveram que adotar o mesmo método arcaico frente à atual pandemia de Coronavírus. A contragosto de muitos alunos e professores, a única saída foi a utilização do ensino remoto.

Embora seja amplamente utilizada no Brasil como modalidade de ensino prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996), o ensino à distância (EaD) dividiu opiniões em todas as áreas do ensino durante a pandemia. Mediante a esse cenário, a utilização de EaD como sinônimo de Ensino Remoto (ER) tornou-se frequente, confundindo todos os envolvidos. O EaD é considerado uma modalidade de ensino em que os alunos permanecem distantes dos docentes por meio de uma estrutura e/ou plataforma tecnológica estabelecida pela instituição que promova todas as condições necessárias para a aprendizagem do conteúdo ministrado (Maia e Matar, 2007). Em outras palavras, por natureza o EaD deve ser planejado e estruturado. Diferentemente do ER, que consiste em ensinar de forma remota por meio de distintas plataformas (por exemplo, WhatsApp, Youtube, Google Meet) sem fornecer as condições ideais para o ensino proposto. Ou seja, todo o EaD é considerado ER, mas nem todo ER deveria essencialmente ser considerado EaD. Portanto, não basta utilizar as tecnologias de ER, é preciso planejamento e entender quais fatores podem dificultar e/ou melhorar sua utilização.

Sendo assim, essa nova realidade tem sido acompanhada de uma série de gargalos que limitam o processo de ensino-aprendizagem. Alguns são relacionados à estrutura pedagógica dos próprios ciclos de ensino, como

---

Darwin” na qual sustentava e defendia diferentes pontos do processo de seleção natural proposta por Darwin no livro “A origem das espécies” em 1859.

por exemplo, a reorganização curricular para o encerramento do ano letivo de forma remota. Fazer uma reestruturação curricular, divulgar e pôr em exercício com o ano letivo em curso é um desafio significativo. Deste modo, baseado em nossas experiências docentes em 2020, aqui nós levantamos as principais dificuldades encontradas mediante ao processo de ensino-aprendizagem de Ciências Naturais durante a pandemia causada pelo SARS-CoV-2 e discutimos a relação entre as diferentes problemáticas encontradas.

## METODOLOGIA

Utilizando nossas vivências docentes na educação básica e superior no ano de 2020 na região Nordeste do Brasil, elencamos as principais problemáticas relacionadas ao EaD e ER que afetaram de alguma forma o processo de ensino de Ciências Naturais. Partes delas são estruturais: conexão (Internet); plataforma (uso e funcionalidade) e câmeras (frequência de utilização). E partes estão relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem: interação (aluno-professor); frequência (alunos); *feedback* (alunos e pais) e pontualidade (alunos). Em seguida, criamos um *range* (1 a 5) para “dar um peso” e assim medir o grau de influência entre as problemáticas: 1- relação com influência muito baixa; 2- influência baixa; 3- influência média; 4- influência alta e 5- influência muito alta. A partir disso, criamos uma rede de interação representada por uma matriz espelhada onde cada linha e cada coluna correspondem a uma problemática e as interações correspondem à influência entre elas utilizando o *range*. Posteriormente, calculamos o índice de modularidade ( $Q$ ) que mostra os subgrupos de problemáticas que exercem maior influência umas sobre as outras e por isso estão conectadas (ver Beckett, 2016) e a especialização ( $d'$ ) que mostra como cada problemática está intimamente especializada entre elas na rede de interação. Os valores de modularidade ( $Q$ ) e especialização ( $d'$ ) variam de 0 (interações não modulares e não especializadas) a 1 (interações altamente modulares e altamente especializadas) (Bluthgen et al., 2006; Beckett, 2016). Realizamos todas as análises estatísticas no *software* (R Core Team, 2018) utilizando o pacote *bipartite* (Dormann et al., 2009).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As interações entre as problemáticas mostram que algumas possuem influência e relação maior sobre as outras, por exemplo, a conexão está estreitamente relacionada com as câmeras (Fig. 1). Além disso, embora a modularidade das interações tenha sido baixa ( $Q = 0.15$ ), é possível identificar dois subgrupos principais que apresentam relações íntimas, isto é frequência + pontualidade; interação + conexão + plataforma (Fig.2). Deste modo, entendemos que a qualidade da conexão foi o principal fator comprometedor no ensino remoto de Ciências Naturais gerando dificuldades correlacionadas a ela.

*Tabela 1 - Índice de especialização das problemáticas ( $d'$ ) entre as problemáticas no Ensino de Ciências Naturais.*

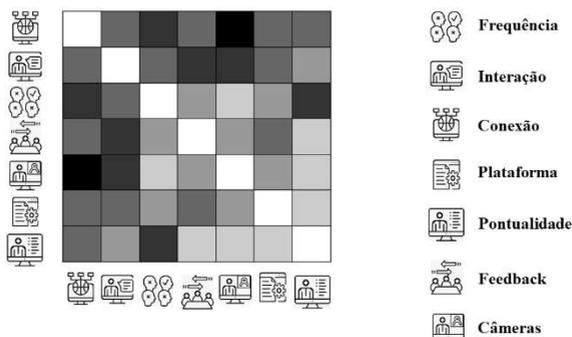
<b>Problemáticas</b>	<b>Índice de especialização (<math>d'</math>)</b>
Frequência	0.12
Interação	0.11
Conexão	0.13
<i>Feedback</i>	0.08
Pontualidade	0.09
Plataforma	0.07
Câmeras	0.11

Neste sentido, é indiscutível que sem conexão de boa qualidade é impossível conceber o processo de ensino-aprendizagem de forma remota, independente da ferramenta que o docente queira utilizar. Entretanto, esse é um cenário vigente desde que a internet começou a se popularizar no país a partir de 1990. Segundo os dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC) por meio da pesquisa TIC Educação (2019), 21% dos estudantes só possuem acesso à *internet* por meio do celular e esse quantitativo se concentra nas regiões Norte e Nordeste do país. Além disso, 39% dos estudantes de escolas públicas do país não dispõem de computador ou *tablet*, contra 9% das escolas privadas (TIC Educação, 2019). Com este indicativo, é possível

entender as constantes declarações dos alunos de instabilidade na *internet* em nossas aulas. Sobretudo, esse episódio era mais frequente com os alunos da educação básica, pois boa parte delas acessavam o ambiente virtual por meio da *internet* móvel (3G ou 4G) e dependiam de pacotes de dados das operadoras com ótimo sinal de cobertura para se ter uma conexão boa. Fazendo um recorte para a educação da pré-escola à pós-graduação, seis milhões de estudantes não possuem acesso domiciliar a *internet* banda larga ou 3G/4G (Nascimento et al., 2020). E desse total, cerca de 42% se concentram nos Ensinos Fundamental e Médio. Vale lembrar que no Brasil aproximadamente 46 milhões de pessoas (25,3% da população) não possuem acesso à *internet* (IBGE, 2020).

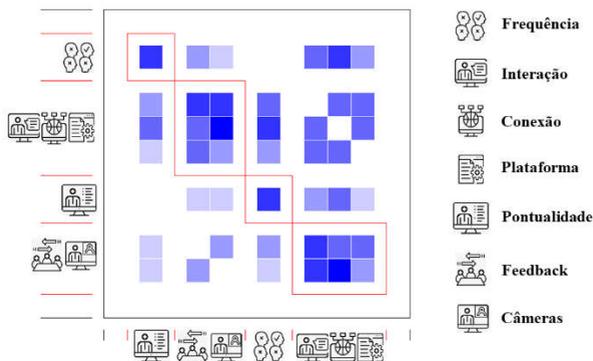
O ensino remoto nos transferiu abruptamente para um espaço de educação virtual com inúmeras aulas e interação professor-aluno dependente de uma conexão com a *internet*. Não é surpresa que o maior valor de especialização tenha sido registrado para Câmeras ( $d' = 0.13$ ) que estabelecem uma interação professor-aluno “menos ruim” e está intimamente ligada a conexão. Se por um lado, a resposta dada pelos governos municipais, estaduais e federal foi diversa e sem diálogo afim de padronizar a nova realidade de ensino. Por outro lado, alunos e professores precisaram se adaptar as novas condições mediante ao que dispunham em conhecimento e ferramentas. Independente do suporte dado pelas esferas administrativas da educação, as aulas não poderiam parar e essa determinação induziu muitas escolas e instituições de ensino superior se adaptarem equivocadamente. Isto é, gerando efeitos negativos maiores para alunos e professores. As adaptações ocorreram em nível institucional, curricular e didático. Em determinados momentos, fomos forçados pelas circunstâncias a ministrar aulas por *WhatsApp*. Como seria possível lecionar sobre anatomia humana ou física experimental por meio de vídeo chamada?

Figura 1 - Representação das interações entre as problemáticas no Ensino de Ciências Naturais. A intensidade das cores indica a força/influência de cada interação.



Recursos didáticos digitais e telemáticos se tornaram uma opção quase unânime entre os professores de Ciências devido à fácil otimização didática de muitas disciplinas. Principalmente em instituições cuja estrutura física não dispõe de laboratórios ou modelos didáticos. Em diversas situações esses recursos foram componentes visuais indispensáveis nas aulas. Se não é possível realizar, por exemplo, um experimento químico, na escola podemos visualizá-lo em vídeo e/ou animação que enfatize situações específicas dentro do processo estudado. Em contrapartida, a realidade das escolas e instituições de ensino superior (IES) brasileiras são muito heterogêneas e o ambiente digital proporcionado pelo ensino remoto não foi suficiente para permitir o acesso dos estudantes a esses novos recursos e ferramentas. Apesar de inúmeras opções de ferramentas didáticas para otimização das aulas, por exemplo, exibição de vídeos, jogos, formulários dinâmicos, chamadas de vídeo ou qualquer outro recurso digital e telemático, muitos de nossos alunos não conseguiram acessar suas atividades. No entanto, o menor valor de especialização registrado para Plataforma ( $d' = 0.07$ ) indica que a estrutura de acesso aos novos recursos e ferramentas está conectada as outras problemáticas, mas com pouca influência sobre elas.

Figura 2 - Representação dos módulos das interações entre as problemáticas no Ensino de Ciências Naturais. As linhas vermelhas delimitam os subgrupos com maior interação e a intensidade das cores indica a influência de cada interação.



No Brasil, até fevereiro de 2021 as atividades escolares foram completamente retomadas, escolas e IEs tiveram que se adaptar a situação epidemiológica local e aos decretos de fechamentos e reaberturas, para decidir se mantinham o ensino remoto ou iniciam um sistema híbrido. Muitas dessas instituições iniciaram o novo ano letivo mais preparada, com melhores estratégias e ferramentas mais alinhadas as necessidades do ambiente educacional. Diferente do início da pandemia, governos estaduais e municipais se moveram para dar condições de acesso à *internet* para alunos e professores, um exemplo próximo é o aplicativo para telefones inteligentes “Conecta aí” fomentado pelo governo estadual de Pernambuco. Todavia, quando não há uma estratégia de retorno com suporte pedagógico nesse contexto, o ensino-aprendizagem tenderá a falhar. Para que isso não ocorra é fundamental garantir um acesso pleno a conexão de *internet* banda larga, estabelecimento de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) adaptada e padronizada para toda a escola ou rede de ensino, capacitar os docentes e discentes no uso dos AVAs e de outras ferramentas a serem adotadas, apoio pedagógico contínuo e especializado para alunos e professores, é necessário que a escola estabeleça diálogos com as autoridades sanitárias locais e regionais (evitando-se a variável surpresa com eminentes

fechamentos) e integrar verdadeiramente a comunidade escolar na luta contra o SARS-CoV-2 por meio de educação em saúde.

Em suma, o ensino de Ciências Naturais foi afetado por problemas similares encontrados em outras grandes áreas do conhecimento. Embora essa seja uma grande área essencialmente experimental, o ER filtrou e pareou as dificuldades de todas as disciplinas. Apesar da análise estatística utilizada aqui, outras variáveis importantes devem ser consideradas em estudos e reflexões futuras, como a condição social do aluno/professor e condições de trabalho do docente. Embora não contemplada na metodologia do presente estudo, ao questionarmos colegas docentes e alunos de diferentes regiões do Brasil por questionário em uma rede social, encontramos as mesmas dificuldades independentemente do nível de ensino (e.g., ensino fundamental, médio e superior). Deste modo, a pandemia do Coronavírus (Covid-19) colocou em questionamento a qualidade do nosso sistema educacional e, por enquanto, estamos reprovando nesse quesito.

## RECOMENDAÇÃO DE LITERATURA

Neste ponto, listamos algumas obras, recursos e referências bibliográficas para melhor entender como as pandemias, epidemias e surtos podem “parar” o funcionamento do Brasil e do mundo. Além disso, são referências que promovem um debate saudável, político e social sobre o papel do ser humano nesse contexto.

### *Filmes e documentários:*

1. **Sonhos tropicais (2001) direção de André Sturm:** o filme retrata o Rio de Janeiro do século XX envolvido no cenário da Revolta da Vacina. Por meio da protagonista Esther, é possível compreender a história da ciência, da saúde e do próprio sanitarista Oswaldo Cruz.
2. **A educação na Pandemia – Presença da ausência (2020) direção de Fernando Lazzarini – disponível no YouTube:** “Santo André, julho de 2020. Educadores falam sobre a atual realidade das aulas virtuais neste período de isolamento social, a questão do ensino

híbrido e o repensar a relação entre escola e comunidade.” – Oitoemeio filmes.

3. **Educação em Tempos de Pandemia (2021) direção de João Paulo Araújo – disponível no YouTube:** o minidocumentário tem por objetivo retratar o cotidiano de trabalho remoto na Escola Estadual Dr. Pompílio, Leopoldina (MG).

### *Livros:*

1. **História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro.** 2020. Escrito por José Pereira Rego. Editora Chão, 352 pp: neste livro é contato, a partir de 1850, episódios gerados durante várias epidemias de febre amarela nas cidades costeiras do Brasil.
2. **Legado de uma pandemia: 26 vozes conversam sobre os aprendizados para política pública.** 2020. Organizado por Laura Muller Machado. Editora Insper, 427 pp: neste livro é discutida a resiliência social do povo brasileiro frente a pandemia de Coronavírus. Assim, também são desenvolvidas perspectivas para os próximos anos.
3. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial.** 2018. Escrito por Sidney Chalhoub. Editora Companhia das Letras, 288 pp: neste livro é discutido a polêmica científica entre médicos da época sobre o ciclo da febre amarela e outras doenças. Além disso, os cortiços são colocados como cenário para essas discussões.

### REFERÊNCIAS

Beckett SJ, 2016. *Improved community detection in weighted bipartite networks.* Royal Society Open Science 3:140536.

Blüthgen N, Menzel F, Blüthgen N, 2006. *Measuring specialization in species interaction networks.* BMC Ecology and Evolution 6:1–12.

Brasil. LDB – *Leis de Diretrizes e Bases.* Lei nº 9.394. 1996 [internet]. [acesso em 20 fev 2020]. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>.

Dormann CF, Frund J, Blüthgen N, Gruber B, 2009. *Indices, graphs and null models: analyzing bipartite ecological networks*. The Open Ecology Journal 2:7–24.

Gundim VA, Encarnação JP, Santos FC, Santos JE, Vasconcellos EA, Souza RC. 2021. *Saúde mental de estudantes universitários durante a pandemia de Covid-19*. Revista Baiana de Enfermagem 35: 1 – 14.

IBGE - Instituto de Geografia e Estatística. 2020. *PNAD Contínua TIC 2018*. Internet chega a 79,1% dos domicílios do país [internet]. [acesso em 20 fev 2020]. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais>.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2020. *Acesso domiciliado à internet e ensino remoto durante a Pandemia*. Nota técnica nº 88. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [internet]. [acesso em 20 fev 2020]. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=36561](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36561).

Maia, C; Mattar, J. 2007. *ABC da EaD: a educação a distância hoje*. Editora Pearson Prentice Hall, 1º ed., 160pp.

Mbembe, A. 2017. *Necropolítica*. Editora N-1, 1º ed., 80pp.

Prefeitura Municipal de Manaus. 2020. *Todos contra o novo coronavírus* [internet]. [acesso em 20 fev 2020]. Disponível em: <https://covid19.manaus.am.gov.br/monitoramento/>.

R Core Team, 2018. *R: A Language and Environment for Statistical Computing*. Vienna: R Foundation for Statistical Computing [internet]. [accessed 20 fev 2021]. available at: <https://www.R-project.org/> (accessed 20 fev 2020).

Rocha AMF, Veloso WG, Bezerra RE, Gomes AL, Marcolino LAB. 2021. *O impacto da pandemia do covid-19 na saúde infanto-juvenil: um estudo transversal*. Brazilian Journal of Health Review 4(1), 3483-3497.

Souza, FPA. 2017. *Notas de um naturalista do sul do Brasil: Fritz Müller: história da ciência e contribuições para a biologia*. Editora UFABC, 1º ed., 223pp. Doi: <https://doi.org/10.7476/9788568576809>.

TIC Educação. 2019. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras*. TIC Educação 2019 [internet]. [acesso

em 20 fev 2020]. Disponível em:  
<https://www.cetic.br/pt/pesquisa/educacao/publicacoes/>.

UNESCO. 2021. *Global tracking of COVID-19 caused school closures and re-opening [internet]*. [acesso em 20 fev 2020]. Disponível em:  
<https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>.

## CAPÍTULO III

---

# UMA ANÁLISE DA PANDEMIA DO COVID-19 SOB A ÓTICA FILOSÓFICA: ASPECTOS DE POTENCIAIS DEBATES DENTRO DA SALA DE AULA E FORA DELA

Luis Felipe Figueiredo Leitão

O que se julgou, em princípio, apenas mais um surto patológico que estaria solucionado em alguns poucos meses – como foi com seus antecessores SARS e H1N1 – está prestes a virar o ano entre ameaças (se confirmando sobre uma segunda onda de contágios), incertezas e uma certa esperança desconfiada acerca das vacinas em testagens. Ponto é que, indiscutivelmente, o famigerado Coronavírus provocou transformações em todas as esferas das relações humanas. Contudo, o que ainda é bastante discutível é a profundidade dessas alterações. Um exemplo disso é o desejo mesclado com expectativa quase generalizada de que a vida retorne ao normal. Mas, o que vem a ser esse “normal” que se espera retornar? Do que trata ou a que se refere essa “normalidade” que em tese transcende barreiras geográficas, culturais e socioeconômicas?

De maneira análoga, parece-me necessário propor uma terceira questão: qual a contribuição da filosofia para a leitura e compreensão da atualidade? Tendo a pensar que a ação “salvadora” virá das biológicas, mas as condições propícias a esse momento como o entendimento do cenário presente e a readaptação social caberá às ciências humanas e sociais e, em particular à filosofia, a restauração de seu *status* de prática em lugar do rótulo de ferramenta científica.

Não se trata de pretender dar conta de responder às duas primeiras perguntas neste texto. Trata-se de serem consideradas pertinentes o bastante para figurarem como ponto de partida, uma vez que pensar essa “normalidade” que tem feito falta e que está em apropriação por discursos políticos chega a ser paradoxal do ponto de vista da instantaneidade característica da era contemporânea bem como a constante falta de tempo para ser humano em meio a tantas demandas. Dessa forma, toda

oportunidade de se libertar das amarras desse tempo, por mais breve que seja, tende a configurar uma perda de tempo.

Essa relação entre tempo e liberdade permite destacar a geração de angústias pela responsabilidade implicada em ser livre. Assim, torna-se mais confortável a prisão ou a escolha feita por outrem, aceita como a única e melhor saída possível. Logo, a liberdade é limitada pela responsabilidade ao mesmo tempo em que limita a felicidade. Nesse sentido, a impossibilidade do ir e vir torna-se apenas um disfarce para o que realmente atingiu a maioria das pessoas: a sensação real de ausência de liberdade e a subserviência aos ponteiros do relógio da produção. É a vista prática do imperativo constituído pela lógica da atribuição do valor mediante a utilidade seja com mercadorias, ações ou mesmo indivíduos, onde “os valores econômicos são colocados de modo absoluto, de tal forma que tudo que não for cultura econômica é reduzido a reflexo” (MARX, 2008, p. 37).

Benjamin (1987) fala sobre a análise do modo de produção capitalista feita pelo filósofo Karl Marx, que já no princípio, permitia prognosticar tanto o aumento da relação de exploração quanto a produção de meios para sua quebra. A relação com o tempo e o sentido de produtividade necessária é bem argumentada e desenvolvida em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, do sociólogo alemão Max Weber (2004), onde é possível perceber como o elemento temporal associado à produção ascende ao posto de suprassumo da sociedade capitalista. Nesse sentido, os efeitos pandêmicos sobre a economia mundial que atingem a cadeia produtiva refreando-a permitem pensar sobre a realidade das condições do sistema. E a questão levantada por David Harvey é justamente se o sistema dominante, cuja legitimidade encontra-se abalada, é capaz de absorver os impactos e sobreviver a eles.

Naturalmente, tentar prever o futuro do sistema capitalista é um exercício tendencioso e, portanto, não interessa a este texto. Mais interessante, e proveitoso, é pensar as respostas oferecidas, tendo em vista sua capacidade de se metamorfosear para se adaptar às múltiplas e indeterminadas características típicas de cada período de crise. No entanto, a despeito das variáveis, o ponto crítico do sistema é a relação tempo-vendas como alvo, uma vez que a desvalorização se dá pelo estoque acumulado para

além do tempo de venda predeterminado. Essa leitura auxilia a percepção de que a resposta do sistema ao isolamento aplicado estava – e ainda está – diretamente ligada ao tempo de duração da pandemia. Conforme se prolongam restrições e incertezas, o modelo neoliberal vai se adaptando pelas alterações das condições tanto para expansão quanto para sobrevivência, como tem lançado mão de concessões de créditos apoiados na expansão de oferta monetária sustentada, em seu turno, por capital fictício e criação de dívidas.

Observando por esse prisma, a pandemia do Sars-Cov-2 ultrapassa o aspecto de uma catástrofe natural para agregar em si elementos econômicos agravados pelas ações humanas. Essas ações se acham envolvidas no expansionismo do capital que se favorece nas condições críticas de determinados países e regiões no que se refere a temas como instabilidade econômica, degradação do meio ambiente e precariedade no saneamento e saúde, por exemplo. Por sua vez, o vírus também se mostrou hábil em valer-se dessas subcondições aliadas às altas concentrações populacionais para espalhar-se e se tornar mais resistente, ganhando características bastante próprias em suas mutações. Esses elementos conjugados culminaram na celeridade da transmissão; combinados ainda com as condições econômicas deficientes preexistentes fizeram esse cenário ser ainda mais crítico. A inexistência de fronteiras para o capital em sua conjuntura global ajudou a inviabilizar o impedimento da transmissão em caráter internacional<sup>1</sup> assim como os impactos generalizados sobre as diversas economias lhe fazendo parecer democrático por não diferenciar pobres e ricos e dominantes de dominados, mas ignorando o elevadíssimo grau de controle, dependência e subserviência exigido pelo capital neoliberal.

A rapidez e intensidade com que as economias foram atingidas também se explicam pelo tempo e tipo de resposta do mercado ao vírus e sua ocorrência. De início houve morosidade e subestimação ao novo

---

<sup>1</sup> O game de simulação Plague Inc., desenvolvido pela britânica Ndemic Creations, é uma possibilidade de visualização desse cenário e elementos intrínsecos a ele, onde o jogador deve criar um patógeno e manipulá-lo para dizimar a humanidade. Em março de 2020, foi divulgada a possibilidade de adição do modo de salvamento mundial.

Coronavírus e seus efeitos tanto por acreditar não se tratar de uma excepcionalidade, tendo em vista não ser a primeira epidemia do século, quanto por julgar que o golpe seria localizado, atingindo a economia chinesa, a segunda maior do mundo e a mesma que o salvara de um colapso econômico nos anos 2007 e 2008. Nesse sentido, o isolamento contribuiu para os efeitos negativos agravados pelo fato de a economia mundial ainda estar em recuperação, anunciando o desgaste do modelo acumulativo que pode estar sendo reforçada pela aparente reorientação política no globo através do plebiscito no Chile substituindo a constituição de Pinochet, a eleição de Luis Arce na Bolívia e a possível saída de Donald Trump da Casa Branca.

Apesar do desgaste do modelo, ainda é a economia quem dita às regras sobre a política. E essas reviravoltas, inclusive certo alinhamento às políticas consideradas de inclinação à esquerda, fazem parte das táticas do mercado subsistir. As análises econômicas e políticas se dão em um campo de jogo em que as preferências dos indivíduos dão as cartas e, por sua vez, esse “crupiê” é tão volátil quanto possa ser. Sendo assim, as incertezas sobre por quanto tempo mais se estenderá os refreios de produção é o que tem desestabilizado o mercado e o modelo neoliberal, haja vista a essencialidade do controle do tempo.

Desde o princípio as ações priorizaram o mercado financeiro que foi duramente golpeado. Em fevereiro o surto italiano provocou uma quebra violenta no mercado de ações e no mês seguinte o mundo viu as economias amargarem uma desvalorização líquida de 30%. A subestimação do potencial crítico do vírus e o despreparo resultaram também em pânico e incoerências, apesar de exemplos anteriores como a SARS e o Ebola. A confiança e, mais que isso, a sensação de segurança projetada pelo capital nas economias mais fortes e a expectativa de alcançar esse lugar das economias emergente deixou o mundo seguro demais para pensar em crises de saúde pública<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> À primeira vista, pode soar absurdo essa afirmação, mas se pensar que a defesa do neoliberalismo passa necessariamente pela crença em uma regulação de mercado operada por uma mão invisível, descansar sobre números e cifras já não parece tão absurdo assim,

O caso brasileiro é emblemático dessa construção no *trade-off* economia x saúde pública criado para fundamentar suas ações perante a pandemia, a qual sempre mostrou prioridade à economia. Além de figurar como um dilema mais de cunho ético e moral do que político-econômico e de carregar em si o conceito de luta de classes preconizado por Marx, o alinhamento do governo brasileiro a aspectos ideológicos com outros poucos negacionistas custou caro à sua frágil estabilidade política assim como mostrou-se ineficaz tanto na proteção quanto na recuperação da cambaleante economia do país. Do outro lado, a China mostrou-se mais responsável ao mudar a estratégia e investir na transparência de relatórios e testes, o que lhe permitiu conter o espalhamento do vírus e que a Volvo voltasse à normalidade na produção enquanto o restante do mundo ainda amargava os efeitos da crise.

O sucesso chinês não chega a ser motivo de comemoração, uma vez que os efeitos econômicos ultrapassaram as expectativas no mundo todo e foram reforçados pelas vulnerabilidades socioeconômicas das regiões de economias periféricas, mas também nas economias mais estáveis muito em decorrência do modelo consumista característico dessa época. Nesse sentido, a solução para o colapso da acumulação de capital passa pelo socorro do Estado por meio de financiamentos de consumo em massa. Isso pode figurar, por vezes, como um aceno à esquerda, o que seria intolerável para as agendas conservadoras e neoliberais como a do Brasil. Assim, esse acaba sendo o *trade-off* natural da política-econômica brasileira.

É nesse sentido, portanto, que a pandemia coloca em xeque (mate) os sustentáculos do sistema capitalista neoliberal mobilizando uma certa reflexão sobre os rumos que as relações humanas têm tomado. A virtualização das relações, antes um símbolo do desenvolvimento tecnológico e do domínio humano, agora parece não dar conta de uma necessidade humana básica: sentir. Complementa essa “crise existencial social” a ausência da sensação de constante ocupação, sinônima de

---

especialmente, pelo constante reforço da base desse modelo: o consumo ilimitado e seu atrelamento às ideias de felicidade e satisfação.

produtividade. Há uma linha interpretativa que vê nesse momento a oportunidade de a humanidade sair melhor, se reinventar socialmente e economicamente. Mais propriamente ao campo econômico, é possível observar o retorno da velha dicotomia capitalismo *versus* comunismo, já evocada nas últimas eleições pelo mundo através do “fantasma do comunismo” e inspirado nas crenças de que o Coronavírus se mostraria letal para ambos os modelos – o segundo representado pela China.

Quando fala dos efeitos da pandemia e com isso sobre a também disseminação de vírus ideológicos, Slavoj Žižek contrapõe os que sustentam de um lado o sistema dominante e os que pensam na ascensão do outro; e o faz com tons de equilíbrio enxergando a obrigatoriedade de reinvenção do comunismo, a partir da confiança nas pessoas e nas ciências, e a saída na construção de uma sociedade que acompanhe a globalidade do capital sem prostrar-se a essa entidade, mas que observem na cooperação e solidariedade os rumos de uma existência sustentável e humana reconhecendo os limites nacionais sem se restringir a eles.

Nesse cenário, as muitas perspectivas possíveis e passíveis de debate sobre a pandemia e seus efeitos, especialmente na esfera econômica, passam naturalmente pelas ideologias que sustentam as múltiplas visões de mundo. Žižek oferece, ao mesmo tempo, tanto a possibilidade de um novo velho embate entre as ideologias do capital e do *communis*, atualizados no tempo presente, quanto de pensar saídas inéditas. Do outro lado e complementarmente está o conceito de ideologia que surge como uma teoria das ideias e vai sendo transformada com o passar do tempo passando pelo desmerecimento napoleônico e ressignificada pela teoria marxiana.

Em suma, suscita evocar parte de uma fala atribuída ao comediante estadunidense Groucho Marx: “todo mundo precisa crer em algo”. E, efetivamente, acreditar é uma habilidade natural humana derivada, segundo a psicanálise, de fontes afetivas que podem conduzir a crenças. De um ponto de vista dialógico entre a filosofia e a modernidade é possível assumir que, ao menos, os deuses desse tempo são criações humanas: da inversão feuerbachiana em que o homem cria deus à sua imagem e semelhança até a morte desse mesmo deus nas palavras nietzschiânicas. O homem contemporâneo elegeu como Zeus, Poseidon e Hades de seu tempo o

progresso, o desenvolvimento tecnológico e o capital/mercado, pondo-se como objeto sacrificial em seus cultos. Os ritos de sacrifício deste tempo não exigem mais a expiação pelo fogo, mas ainda requerem a carne. Carne, tempo e dinheiro para sumonar e agradar aos deuses contemporâneos.

Portanto, a postura de “salvar vidas sem deixar os empregos para trás” cumpre os aspectos ideológicos reforçada pela premissa de um Estado esvaziado economicamente. No entanto, a intensidade dos impactos econômicos sugere que são justamente os Estados os únicos capazes de retardar – ou mesmo evitar – um colapso financeiro mundial tal qual em 2007 e 2008. Além disso, no caso particular da história política brasileira, um mínimo aceno às políticas de esquerda é o suficiente para evocar o “fantasma do comunismo” e, conseqüentemente, a velha coligação entre autoritarismo e liberalismo, onde o primeiro é representado pela classe militar<sup>3</sup> bastião da disciplina, garantidora dos valores morais e conservadores apoiada pelas instituições cristãs e proporcionando alto grau de engessamento social; e o segundo referente à liberdade do capital tanto em circulação quanto em atuação. Exposto esse brevíssimo resumo histórico, é possível inferir as estruturas do *trade-off* brasileiro como intrínsecas à agenda econômica vigente.

Nesse sentido, se por um lado traz-se de volta do tûmulo os velhos conceitos socialistas e comunistas considerados ora a solução dos problemas ora utópicos, por outro parece que as ideias de extrema liberdade de ação para o capital padecem do mesmo mal, uma vez que sua característica global removeu há tempos o ser humano do centro de suas análises substituindo-o pela acumulação sob forma de lucro. No entanto, a dependência do humano ainda figura como seu tendão de Aquiles. Isso porque, conforme fala do diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, é necessário que os Estados promovam o bem-estar daqueles que perderam suas rendas e necessitam urgentemente de serviços básicos essenciais como alimentação e saneamento.

---

<sup>3</sup> Aqui é importante fazer a ressalva de que a imagem da classe, nesse sentido, são os militares de alta patente. São generais, almirantes, brigadeiros... Não há presença de praças no círculo de poder.

Além disso, colocar em pauta essa oposição entre sociedade e economia pode ser interpretada como uma variante do conceito de terra arrasada<sup>4</sup> ao forçar a aceleração das transmissões objetivando o fim mais breve da pandemia – ignorando aspectos básicos como as famílias e a capacidade de absorção pelos sistemas de saúde – e que foi apresentada como uma possibilidade real por Roberto Campos Neto em reunião com investidores do mercado financeiro. O presidente do Banco Central afirmou, na ocasião, que era inadmissível a economia parar e que quanto mais rápido subissem as taxas de morte, mais rápido a pandemia passaria fundamentando-se em um gráfico retirado de contexto<sup>5</sup> para justificar que a escolha por preservar a saúde pública configuraria um desastre econômico. No entanto, a possibilidade não agradou aos investidores, que já não viam com bons olhos a ideia de isolamento vertical e uma razão para isso é o entendimento de que a solução para a crise está na relação tempo-ação sem ignorar o papel que o ser humano, enquanto mão de obra, significa para o mercado, ou seja, como exército de reserva.

Essa conjuntura indica que até então a consideração da pandemia como um golpe certo nas variadas formas em que se dão as relações, das sociais às econômicas, é a única assunção coerente. Porque, na disputa sobre encontrar o culpado ou o alvo deste colapso generalizado, ignora-se dois fatores primordiais nesse conflito ideológico. O primeiro é que o sistema capitalista é, essencialmente, um sistema de crises e que as utiliza como ponto de reinvenção ressurgindo com fôlego renovado e sob novas aparências; o segundo trata da não superação do antigo rival carecendo de um “inimigo” para derrotar, demonstrando seu aguerrimento característico.

---

<sup>4</sup> Tática militar reconhecida de uso russo durante os períodos em que o território foi invadido pela França napoleônica e pela Alemanha nazista e que consiste, basicamente, em destruir tudo que o inimigo possa usar a seu favor quando de um movimento de retirada.

<sup>5</sup> O gráfico apresentado está na introdução do livro *Mitigating the covid economics crisis: act fast and do whatever it takes*, organizado pelos pesquisadores do Centro de Pesquisa de Política Econômica em Genebra, os economistas Richard Baldwin e Beatrice Weder di Mauro. A obra concentra artigos que permitem aos organizadores concluir definitivamente e inquestionavelmente que a recessão provocada pelo isolamento é uma solução necessária e que o *trade-off* sequer deveria ser considerado.

O desmonte da ex-URSS no século passado pareceu selar tanto o destino do sistema comunista quanto a inexistência de qualquer outro concorrente à hegemonia do capital. No entanto, o grande rival do sistema hegemônico subsistiu aqui e acolá, se reinventou antes dessa crise de saúde, salvou a economia na década passada e a resposta do sistema capitalista está no retorno do animismo, ou seja, o tratamento de fenômenos abstratos e conceitos como entidades vivas facilitando, inclusive, a equiparação de valor do mercado às vidas perdidas e em risco de se perderem. Esse movimento encontra eco nas diversas reações individuais à ocorrência e espalhamento do Coronavírus, de cunho místico e sobrenatural retornante ao campo do imaginário, onde alguns entregam-se a um espírito apocalíptico, outros ressignificam como uma vingança da natureza contra a exploração desvairada da humanidade ou mesmo que seja a oportunidade de uma revolução sem precedentes.

Seja como for, nessa Babel interpretativa, outro núcleo que sofreu um duro golpe foi o individualismo em um frustrante breque na extrema atenção ao “*self*”<sup>6</sup> potencializando reflexões acerca do indivíduo, sua natureza, seu lugar na sociedade, entre outros aspectos. Pois os movimentos de atenção às demandas do *ἑγωγε*<sup>7</sup> atuam em cumplicidade com o prolongamento do estado de emergência reforçando o estado de exceção, autoritário e conservador, em nome de salvar as vidas humanas e da manutenção do consumo. O movimento chinês para enfrentamento da pandemia exemplifica essa ideia construindo um Estado de exceção de excelência, autoritário e controlador que, em contrapartida, entrega soluções econômicas de superação da crise. É uma conjunção de tradição e contemporaneidade.

Esse tipo de resposta demonstra dois lados. Um deles diz respeito ao caráter econômico em associação com a ideia de liberdade, tendo em vista a absorção de um pelo outro. Neste cenário específico, se atrelam às noções de

---

<sup>6</sup> Conceito arquetípico da teoria junguiana em que consciente e inconsciente estão unificados constituindo a totalidade do indivíduo.

<sup>7</sup> Termo grego que aparece referenciando duplamente o “eu”, ἐγώ, no sentido do que diz respeito a essa primeira pessoa do singular.

segurança e sobrevivência. O sistema de crédito instituído pelo governo chinês permite uma profunda e abrangente avaliação dos cidadãos e seu respectivo controle a partir de suas condutas sociais. A concessão de crédito é variável. Cada nível de interação, real ou virtual, desde compras a comportamento nas redes sociais, influenciam no ganho ou na perda de pontos, o que pode significar desde créditos mais baratos até a perda de empregos. Isso passa necessariamente pela confiança no poder estatal e sua capacidade de proteger a população de maneira que se abre mão da liberdade para permitir-se ser protegido e salvo, ainda que possa representar um jogo perigoso para os ocidentais que valorizam em demasia a ideia de ser livre. Em suma, compensa mais a sensação de segurança que a de liberdade.

Do outro lado está o conceito de ortopedização, de Foucault, em que o indivíduo é moldado através da educação ensinando-o o que é permitido pelas regras sociais, punindo-o por qualquer quebra dessas regras e instituindo o medo como elemento inibidor e controlador. É nesse campo, das ciências e da educação, onde se dá a disputa de narrativas, a economicista *versus* a social, fundamental para a construção histórica desse período, uma vez que tradicionalmente a história é contada pelos vencedores.

Antes da pandemia, a filosofia encontrava-se na marginalidade neoliberal de tudo que não é *business* com baixíssimo financiamento e amargando certa irrelevância nos planos de estudo e nos meios de comunicação. A excepcionalidade criada pela pandemia proporcionou a ela o retorno ao seu *status quo* anterior a partir da necessidade de compreensão dos novos tempos, de reflexão sobre as sociedades e os meios de superação desse cenário e da crise do conceito de verdade e do indivíduo. Essas crises têm suas raízes no século XIX com a inversão geral dos valores confeccionando uma sociedade sustentada por pés de barro onde se contrapõe a busca filosófica por sentido à necessidade construída do ser humano pela verdade enquanto obra completa e finalizada.

A relação de poder, filosofia e educação tende a fomentar a liberdade e enquanto prática a filosofia e, conseqüentemente, seu ensino estão em constante atualização. Esse movimento de mutabilidade se expressa através

do professor filósofo, uma vez que é inerente à existência e é a partir dela que ele reconstrói o ensino da prática filosófica. É nesse contexto que Nietzsche declara Schopenhauer como o educador por excelência, pois encarna a filosofia ensinando pelo exemplo e não se limita apenas ao domínio do conteúdo. Tanto a prática filosófica quanto seu ensino devem fazer ascender às individualidades, o único em cada indivíduo assim como ir de encontro a cultura de seu tempo e ultrapassar a morosidade característica da modernidade. O ensino de filosofia deve apresentar ainda no educador aquele que transcende a superficialidade de seu tempo e que denuncia as estruturas da educação moderna.

Nesse sentido, a crítica se dirige tanto ao ensino massivo mantenedor da paz e da ordem por meio da constituição de homens iguais, uma vez que a educação deve estar a serviço de formar homens singulares – a ideia do gênio em Nietzsche – quanto ao Estado educador<sup>8</sup> formando homens subservientes a ele e aos seus interesses, burocratas, como são os eruditos que respondem instintivamente a estímulos excitatórios por um servilismo ao poder constituído; e também à mercantilização da educação com foco na geração de lucro e de felicidade, marcada pela produção industrial – rápida e em massa – de especialistas priorizando quantidade a qualidade e objetificando o indivíduo para a manutenção do exército de reserva. O exemplo do professor de filosofia em romper com a cultura de seu tempo, que reduz os indivíduos a objetos, diz respeito à oposição viver e existir.

O elemento-chave na tarefa de educar é a reflexão sobre os sustentáculos da época em que se vive. Por isso, ainda cabem críticas ao indivíduo moderno, pois este indivíduo do século XXI não difere daquele do século anterior. Nesse sentido, quando Nietzsche fala daqueles de seu tempo que vivem da acumulação do capital moral feita pelos ancestrais e de suas heranças dissipando-os, em paralelo, os indivíduos desse tempo seguem dissipando o que resta dessa herança vivendo um período de desgraças, de

---

<sup>8</sup> Não confundir com relações de ensino público ou privado. A ideia de Estado educador em Nietzsche atenta para um modelo de ensino voltado à manutenção e perpetuação desse Estado como se vê, comumente, em modelos autoritários.

crise e fome, após um “ciclo” de bem-aventuranças. Em outras palavras, o indivíduo do século XXI é o filho pródigo.

A estrada para o retorno se constrói no desenvolvimento de uma nova cultura; a cultura que é entendida como criação, que necessita de dúvidas e que está ligada aos antigos e seus saberes além das inquietudes sobre si. A que busca a recuperação do valor do humano construindo as bases para o humano de excelência emergente da derrocada dos ídolos da cultura e da educação modernas. Uma vida filosófica busca a essência e alimenta o amor – e a inclinação natural – ao conhecimento. O educador é um mediador para o descobrimento. A educação deve ser libertadora e a prática do professor de filosofia é o lugar fundamental para o nascimento do gênio, o símbolo da singularidade e da liberdade, a parcela intocável e incorruptível.

Postas estas análises, o dilema real trata da superação ou manutenção do sistema de crenças e valores iniciados no século XIX, desenvolvido no século XX e que se encontra em crise neste século. Sendo assim, o que pode ser creditado à pandemia do novo Coronavírus é o estabelecimento de um marco – possivelmente de transição –, uma vez que a necessidade de reinvenção é latente, porém não garantida. Se o que resultará desse processo ainda poderá ser chamado capitalismo é uma incógnita.

Por outro lado, é minimamente coerente concluir que esse processo transformador deva passar pela resignificação da filosofia para a sociedade, pois compreendendo sua natureza será possível desconstruir a desconfiança generalizada que lhe é atribuída e alimentada pelo distanciamento do senso comum, elemento fundamental para a educação de massa e controle social. Assim como arrancar-lhe o rótulo de corruptora tal qual o julgamento condenatório de Sócrates.

Constituem perigo, a prática filosófica e seu ensino, para o autoritarismo e estados de exceção, por exemplo, uma vez que contrapõe a ideia de liberdade à de cativo. Aos que se sentem ameaçados interessam os eruditos e seu servilismo em que, reconhecidos pela sociedade como filósofos, capitalizam saberes e valem-se de conceitos prontos acarinhando a opinião pública. Nessa sociedade que se tornou dependente de especialistas, legitimados e legitimadores do senso comum, atuam na manutenção do

*status quo* propiciando desde ondas de negacionismos científicos a ondas de conservadorismo indicando a inabilidade do sistema neoliberal em garantir a liberdade de qualquer um que não seja o capital.

É nesse sentido que, apesar da crença de que esse seja um momento propício a transformações profundas e a criação de sistema econômico mais justo e humano, o Brasil parece caminhar para uma quimera entre dois períodos de autoritarismo. Com o auxílio emergencial, apesar de o ministro da economia balançar, o presidente vê sua popularidade crescer lentamente assim como tenta conquistar a região eleitora do seu maior rival. Dessa forma, Bolsonaro mira em Lula e acerta no populismo varguista com contornos da dependência do agronegócio e do nacional-entreguismo de 1964.

Por fim, cabe reafirmar que a filosofia não é ciência, não aspira ser tampouco substituí-la. Possui outro projeto que é cuidar da compreensão do que acontece, tendo em vista que compreender é a ação humana mais essencial e fundamento único de qualquer outra ação. Portanto, a filosofia também não tem a pretensão de indicar respostas, mas fazer pensar sendo, por isso, em todo tempo o seu tempo.

## REFERÊNCIAS

AUDI, Amanda. Presidente do BC diz a investidores que reduzir mortes por coronavírus é pior para a economia. *The Intercept Brasil*, Brasília, 17 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/04/16/banco-central-presidente-coronavirus-economia/>>. Acesso em: 20 de set. de 2020.

BADIOU, Alain. *On the epidemic situation*. Verso Books, 2020. Disponível em: <<https://www.versobooks.com/blogs/4608-on-the-epidemic-situation>>. Acesso em: 15 de set. de 2020.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

DANELON, Marcio. As características do educador: uma leitura nietzschiana à luz de "Schopenhauer como educador". *Filosofia e Educação*, Campinas, v. 4, n. 1, 2012, p. 64-85. Disponível

em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635438>>. Acesso em: 10 de out. de 2020.

DUPAS, Gilberto. *O Mito do Progresso: ou progresso como ideologia*. 2ª ed. São Paulo: Unifesp, 2012.

EM pronunciamento, Bolsonaro compara salvar vidas a preservar empregos. *Deutsche Welle*, 2020. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/3aHKN>>. Acesso em: 13 de set. de 2020.

FEUERBACH, Ludwig. *A Essência do Cristianismo*. 4ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

GENIS, Andre Marta Diaz. El genio y lo genuino que hay en nosotros, vigencia del pensamiento educativo en Nietzsche. *Filosofia e Educação*, Campinas, v. 6, n. 1, 2014, p. 21-35, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635383>>. Acesso em: 10 de out. de 2020.

GLEISER, Marcelo. Acreditar é humano. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de dez. de 2011. Ciência. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/14143-acreditar-e-humano.shtml>>. Acesso em: 01 de nov. 2020.

HAN, Byung-Chul. La emergencia viral y el mundo de mañana. Byung\_Chul Han, el filósofo surcoreano que piensa desde Berlín. *El País*, Espanha, 22 de mar. de 2020. Ideas/Opinión. Disponível em: <<https://elpais.com/ideas/2020-03-21/la-emergencia-viral-y-el-mundo-de-manana-byung-chul-han-el-filosofo-surcoreano-que-piensa-desde-berlin.html#comentarios>>. Acesso em: 19 de set. de 2020.

HARVEY, David. Anti-Capitalist Politics in the Time of COVID-19. In: *The Anti-Capitalist Chornicles*. Londres: Pluto Press, 2020, p. 179-189. Disponível em: <<https://davidharvey.org/2020/03/anti-capitalist-politics-in-the-time-of-covid-19/>>. Acesso em: 20 de set. de 2020.

HURTADO, Jordi Carmona. O que a pandemia revela da filosofia. *Coluna ANPOF*, 2020. Disponível em: <<http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/comunidade/coluna-anpof/2544-o-que-a-pandemia-revela-da-filosofia>>. Acesso em: 11 de set. de 2020.

LARA, Bruno. Meme, liberdade e filosofia. *UnB*, Brasília, 05 de jun. de 2020. Notícias. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/artigos-main/4173-meme-liberdade-e-filosofia>>. Acesso em: 19 de set. de 2020.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MIJOLLA-MELLOR, Sophie de. Sobre a Necessidade de Crer. *Psychê: Revista de Psicanálise*. São Paulo, v. 10, n. 17, jun. de 2006, p. 55-64.

Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-11382006000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382006000100004)>. Acesso em: 01 nov. 2020.

NIETZCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. Tradução de Paulo César de Souza. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NIETZCHE, Friedrich. *Schopenhauer como Educador*. Tradução de Clademir Luis Araldi. 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

NIETZCHE, Friedrich. *Ecce Homo: como cheguei a ser o que sou*. Tradução de Lourival de Queiroz Henkel. Edição especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

PASSOS, Úrsula. Saiba o que os grandes filósofos estão dizendo sobre coronavírus: um guia para navegar nos debates intelectuais do momento. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 de abr. de 2020. Ilustríssima/Coronavírus. Disponível em: <<https://folha.com/51riw86c>>. Acesso em: 13 de set. de 2020.

PECORARO, Rossano. Así habló Covid-19. La filosofía y la máxima de que todo será diferente en la sociedad pospandémica. *Revista Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofía*, Chile, 2020. Disponível em: <<http://www.revistalatinoamericana-ciph.org/2020/06/10/asi-hablo-covid-19-la-filosofia-y-la-maxima-de-que-todo-sera-diferente-en-la-sociedad-pospandemica-por-rossano-pecoraro/>>. Acesso em 13 de set. de 2020.

POLARIZAÇÃO cria falso dilema entre saúde econômica e preservação da vida. *UFFF*, Juiz de Fora, 27 de mar. de 2020. Campus e Comunidade/Notícias. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2020/03/27/polarizacao-cria-falso-dilema-entre-saude-economica-e-preservacao-da-vida/>>. Acesso em: 19 de set. de 2020.

RIBEIRO, Sidarta. Coronavírus e fascismo de Bolsonaro nos fazem esperar por nova era. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 de mar. de 2020. Ilustríssima/Coronavírus. Disponível em: <<https://folha.com/x14szfli>>. Acesso em: 13 de set. de 2020.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *Quando Acaba o Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. Disponível em: <<https://amzn.to/2ZJVZWr>>. Acesso em: 16 de out. de 2020.

TORRENTE, Andrea. “A pandemia encerrou o século 20. A sociedade será on-life”, diz filósofo de Oxford. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 03 de out. de 2020. Economia/Entrevista. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/luciano-floridi-filosofo-oxford-pandemia-encerrou-seculo-20-sociedade-on-life/>>. Acesso em: 14 de out. de 2020.

VALEIRÃO, Kelin. Ideologias e Governabilidades: alguns deslocamentos para pensar a lógica da educação contemporânea. *IX ANPED SUL*, Caxias do Sul, 29 de jul. a 01 de ago. de 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/398/859>>. Acesso em: 01 de nov. de 2020.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZIZEK, Slavoj. Coronavirus is ‘Kill Bill’-esque blow to capitalism and could lead to reinvention of communism. *RT*, Londres, 27 de fev. de 2020. Op-ed. Disponível em: <<https://on.rt.com/abs7>>. Acesso em: 19 de set. de 2020.

## CAPÍTULO IV

---

# A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA E SUA DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Felipe Vieira Gimenez

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo problematizar os impactos da pandemia COVID – 19 no Brasil no contexto da educação superior, o que exige planejamento e consideração as condições de estudantes e professores.

Assim, não podemos deixar de discutir a relação que foi estabelecida entre o conceito de educação à distância e ensino remoto neste período de pandemia sanitária, crise social e política. A principal motivação para escrita deste texto é discutir o contexto em que se deu a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020 do Ministério da Educação – MEC que autorizou ainda em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais nas universidades federais de ensino, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020).

Com essa nova forma de organização de trabalho, alterou-se toda a organização o que exigiria planejamento e consideração sobre as condições de estudantes e professores que por conta da pandemia obrigou-se a adaptar suas aulas antes presenciais com o uso de novas tecnologias e plataformas digitais diferenciadas com metodologia de ensino diversificada, ou seja, professores e alunos não estavam preparados para enfrentar essa mudança brusca e sem nenhum respaldo de investimento e financiamento de políticas para tal acesso.

O procedimento metodológico utilizado teve como enfoque a pesquisa bibliográfica, procurou-se com este material fornecer subsídios para discussões e pesquisas de caráter científico, segundo Gatti (2004),

Pesquisa é o ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa. [...] Contudo, num sentido mais estrito, visando a criação de um corpo de conhecimentos sobre um certo assunto, o ato de pesquisar deve apresentar certas características específicas. Não buscamos, com ele, qualquer conhecimento, mas um conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato na explicação ou na compreensão da realidade que observamos. (GATTI, 2004, p. 9-10)

Concordamos, com seu pensamento quando menciona que o ato de pesquisar tem características específicas, com referencial e determinados fenômenos que surgem, cabendo a elaboração nesse processo de uma problemática em questão, então, cabe o seguinte questionamento: Considerando o contexto do novo Coronavírus- COVID 19, quais impactos e efeitos podem ser vistos na educação superior?

Segundo Abreu, Almeida (2008) a pesquisa é, também, um estudo pessoal, pois carrega em si marcas, inferências e atitudes investigativas de quem a faz. É um estudo delineado pelo rigor que é compreendido de diversas formas no cenário científico.

A atual discussão é relevante na medida em que acrescenta elementos para a análise teórica do objeto de estudo que analisa o contexto da educação superior no período de pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus - COVID- 19.

No primeiro momento, apresentaremos aspectos da educação como direito social de natureza coletiva e caráter universal. No segundo momento, discute-se as particularidades do enfrentamento da pandemia no Brasil, no sentido de apontar para as dificuldades e limitações impostas pela situação emergencial decorrente do Novo Coronavírus - COVID 19 e destacar a principal diferenciação entre o que se chama de educação à distância e ensino remoto no contexto atual a partir da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020 instituída pelo Ministério da Educação - MEC e seus efeitos na educação superior.

## POLÍTICAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR: ASPECTOS HISTÓRICOS E REGULATÓRIOS NO CONTEXTO DA COVID – 19

A educação superior é parte do processo da formação humana e está relacionada historicamente com a sociedade, é compreendida na Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI como “todo tipo de estudos, treinamento ou formação para pesquisa em nível pós-secundário, oferecido por universidades ou outros estabelecimentos educacionais aprovados como instituições de educação superior [...] competentes do Estado” (UNESCO, 1998, p. 2).

Segundo o artigo nº 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é caracterizada como direito de todos e dever do Estado e da família sendo incentivada e promovida por meio da sociedade, ou seja, são aspectos amplos envolvendo família, Estado e sociedade. Logo, no artigo nº 211 responsabiliza União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios por organizar seus sistemas de ensino no que diz respeito à oferta e ao seu financiamento. Igualmente fica demonstrada a grande parcela de contribuição e responsabilidade de cada ente da Federação e do Estado para a garantia e efetivação desse direito.

Outros documentos jurídicos que também contêm elementos a respeito do direito à educação são: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Assim o direito à educação é reconhecido nacionalmente e internacionalmente.

Segundo as diretrizes dos Direitos Humanos “A educação se revela como um elemento essencial para a formação do cidadão enquanto sujeito de direitos. Isto é, aquela pessoa que se sente responsável pelo projeto de sociedade à qual pertence” (BRASIL, 2013, p. 34).

No Brasil, a discussão sobre a Educação em Direitos Humanos se fortaleceu nos fins da década de 1980 por meio dos processos de redemocratização do país e das experiências pioneiras que surgiram entre os profissionais liberais, universidades e organizações populares na luta por esses direitos. [...] A Década da ONU para EDH teve início em janeiro de 1995, e em julho de 2003 o Estado brasileiro tornou oficial a Educação em Direitos Humanos

como política pública com a constituição do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH). Esse Comitê reúne especialistas da área e teve como primeira missão elaborar o PNEDH, objetivando estimular o debate sobre os direitos humanos e a formação para a cidadania no Brasil. (BRASIL, 2013, 30-32)

A discussão em torno do entendimento da palavra educação ganhou contornos bem diferentes nos diferentes espaços sociais da sociedade tanto no caso brasileiro como no contexto mundial. Na contemporaneidade, representa um campo de lutas e conquistas sociais, pois a principal característica do ensino no Brasil foi marcada pela permanência do elitismo e seletividade principalmente no que se refere ao campo da educação superior.

Embora o acesso à educação superior seja limitado por diversos fatores entre eles estão: a desigualdade social, renda familiar, cor, os fatores socioeconômicos e culturais, a pesquisa de Sguissardi (2012) mostra que independentemente do que esteja sendo realizado para minorar esta situação aponta que “[...] o principal fator de produção do elitismo da ES neste país: mais de 89% dos jovens de 18 a 24 anos ainda não têm acesso à educação superior e menos de 5% dos jovens de 24, ingressam na pós-graduação *stricto sensu*”. (SGUISSARDI, 2012, p. 72, *grifo do autor*). Com efeito, a educação se configura como direito social, contudo “[...] o objetivo dos direitos sociais é corrigir desigualdades próprias das sociedades de classe, aproximando grupos ou categorias marginalizadas.” (DUARTE, 2007, p. 698).

Diante disso, há decretos, leis e textos constitucionais que normatizam, orientam e regulamentam este direito, estabelecendo suas diretrizes entendida neste contexto segundo Cury (2002, p. 193):

Diretrizes são linhas gerais que, assumidas como dimensões normativas, tornam-se reguladoras de um caminho consensual, conquanto não fechado a que historicamente possa vir a ter um outro percurso alternativo, para se atingir uma finalidade maior. Nascidas do dissenso, unificadas pelo diálogo, elas não são uniformes, não são toda a verdade, podem ser traduzidas em diferentes programas de ensino e, como toda e qualquer realidade, não são uma forma acabada de ser.

Conseqüentemente, assume uma dimensão normativa, um caminho proposto, um rumo ou uma direção, no sentido de dar um norte consensual para se atingir uma finalidade maior, cuja universalidade dessas diretrizes se expressa na implementação de políticas educacionais.

Dessa forma, podemos pensar que as políticas educacionais começam a ganhar força no Brasil a partir de dois importantes movimentos. A Constituição Federal conhecida como a “Constituição Cidadã”. O texto parece consolidar várias conquistas de direitos e anuncia mecanismos democratizadores e descentralizadores das políticas sociais, os quais ampliam os direitos de cidadania na direção do fortalecimento da responsabilidade social do Estado.

O segundo movimento a partir da década de 1990 foi à aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) muito discutida e debatida. Ao que podemos chamar de dois projetos nacionais de educação, mas que ao longo dos anos ambas sofreram barreiras no campo de sua materialização de políticas de Estado seja por via de financiamento ou pela ausência de um sistema único de educação no Brasil.

Lima (2012) afirma que as articulações em torno do movimento educacional mundial consistem em adequá-lo à reestruturação do modo de produção capitalista. Conclui em sua análise:

Enfim, tratava-se, na década de 1990 de tentar solucionar os problemas cumulativos de décadas anteriores, como as vagas reprimidas, a inadequação do fluxo escolar e os altos índices de reprovação, discrepância no financiamento da Educação Básica e da Educação Superior. (LIMA, 2012, p. 54)

Para Lima (2012) a educação nesse cenário é entendida como subsidiária da política econômica, portanto, um problema da economia. Postulava-se, assim, uma política econômica como uma política não social, quando, em nosso entendimento, existe uma relação primordial entre política educacional, economia e o social; divorciá-las em patamares diferentes e opostos significa estabelecer um viés economicista às políticas sociais incluindo nestas a educação, a saúde, a segurança, a previdência e etc.

Segundo Melo et al (2009, p. 10):

A história da educação superior no Brasil não pode ser analisada sem considerar-se sua relação com o desenvolvimento sócio-histórico brasileiro. A história de nossa sociedade é marcada pelo elitismo e pela exclusão, com implicações semelhantes em nossa educação e consequentemente no ensino superior. Do período colonial, passando pelo Império até a Primeira República, os projetos e iniciativas no campo do ensino superior evidenciaram esses dois traços: um ensino voltado para as elites, para aqueles que podiam pagar e uma série de obstáculos e mecanismos que excluía a maior parte da população do acesso ao nível superior.

Com efeito, a universidade brasileira pensada para uma elite desde o período colonial, monárquico e república, denota uma política de controle criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual a sociedade é parte, mas um bem cultural oferecido a minorias, sem uma definição clara no sentido de que, por suas próprias funções, deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento.

Diante disso, as políticas materializadas na educação superior por meio de políticas de Estado<sup>1</sup> que representam na contemporaneidade a efetivação de ganhos e garantias de direito social. Para Sguissardi (2014) as políticas de Estado são mais duradouras, principalmente porque seriam imunes aos interesses partidários ou particularistas e fruto do debate, supostamente democrático, quando da sua tradução em leis, programas de caráter universal.

Fischmann (2009) afirma que a educação tem papel central, exatamente por se tratar de reconstrução. Mais ainda: toda reconstrução é, de certa forma, uma nova construção, entrelaçando reivindicações antigas e novas, trazendo novas práticas e novas metodologias de luta. Considerando as desigualdades sociais existentes no país, haja vista que o contexto da pandemia alterou e acirrou ainda mais as desigualdades existentes na qualidade da educação básica e superior. A seguir, analisamos as

---

<sup>1</sup> Segundo Oliveira (2011) as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade.

particularidades do enfrentamento da pandemia no Brasil e seus efeitos na educação superior.

## A PANDEMIA, O ENSINO REMOTO E A PRECARIIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Neste tópico, analisamos as particularidades do enfrentamento da pandemia no Brasil, com destaque para as dificuldades e limitações impostas pela situação emergencial decorrente do Novo Coronavírus – COVID – 19 na educação superior.

Assim houve diferentes interpretações a respeito da educação à distância e ensino remoto que foi instituído por meio da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020 pelo Ministério da Educação – MEC e seus graves efeitos no ensino da educação superior.

A pandemia de Coronavírus SARS – Cov2 interrompeu as atividades presenciais de 91% dos estudantes no mundo. Em todo o mundo, os sistemas educacionais foram afetados pela pandemia da COVID-19. Em mais de 150 países, a pandemia produziu fechamento generalizado de instituições de ensino, como escolas, faculdades e universidades. (UNESCO, 2020).

O Ministério da Educação – MEC autorizou ensino à distância em cursos presenciais nas universidades públicas em 18 de Março de 2020, pois houve a suspensão das aulas presenciais em praticamente todas as instituições federais de ensino durante a pandemia do novo Coronavírus, docentes e estudantes vivem na incerteza sobre como dar seguimento aos estudos.

Assim, a portaria permitiu a substituição das disciplinas presenciais por aulas à distância, com o objetivo, segundo a pasta, de manter a rotina de estudos dos alunos. A mudança é válida para universidades e institutos federais e Cefets, além de universidades e faculdades privadas. Segundo o Ministério, a medida faz parte do plano de ação do ministério para amenizar os prejuízos da pandemia do Coronavírus.

A portaria nº 343, de 17 de março de 2020, “Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto

durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19” (BRASIL, 2020).

Universidades, departamentos acadêmicos e cursos universitários tiveram o desafio de adequar para reduzir danos pedagógicos e riscos à saúde pública, garantindo a manutenção de uma educação em nível superior de qualidade e segura. É de competência do Estado e instâncias deliberativas das IES tomar decisões fundamentais que subsidiará as decisões de professores quanto à forma de conduzir suas disciplinas. Ajustes precisaram ser feitos nos planos de desenvolvimento institucional, nos projetos pedagógicos de cursos e no gerenciamento departamental, a fim de lidar com a situação de emergência.

O que a história nos mostra ao longo deste tempo é que não houve planejamento e consideração as condições reais de estudantes e professores antes da portaria publicada referente à pandemia sanitária. Como exemplo, houve o acirramento da desigualdade de acesso à educação, a falta de comunicação, a sobrecarga do trabalho docente que já existia, o adoecimento do professor e aluno entre outras questões que merecem ser debatidas.

Nesse contexto de crise sanitária, temos o papel do trabalhador, que foi o mais afetado nessa conjuntura da pandemia, com maior índice de desemprego, Segundo Mancebo (2020), alguns dados confirmam tal afirmação. O cenário pré-existente ao vírus já era de baixo crescimento econômico, evidenciado pelo tímido crescimento de 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2019. Adicionalmente, no primeiro trimestre de 2020, antes ainda dos efeitos da pandemia, o PIB do Brasil teve retração de 1,5%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). O desemprego também subia, atingindo 12,6% no trimestre encerrado em abril (IBGE, 2020), sem contar o grande número de trabalhadores em situação de informalidade e precariedade.

Diante disso, o professor começou a assumir outras funções e papel dentro da profissão professor, o de empreendedor, se viu obrigado por conta da crescente cobrança e exigência adquirir melhor aproveitamento de suas aulas, o que inclui nessa conta, a compra de melhor equipamento com tecnologia avançada, seja câmera, celular ou *notebook* o que acarretou ainda

mais com este trabalho remoto custos com energia, internet e etc. Sem receber nenhuma contrapartida do governo nesse contexto social, seja auxílio ou bolsa.

O ensino remoto e educação à distância nesse momento de crise começam a adquirir outros sentidos a partir do Coronavírus, mudanças estas que neste segmento da educação superior alterou a forma de ensino a partir da Portaria já mencionada, o que representou uma mudança na cultura institucional da universidade, pois ambos apresentam conceitos diferentes diante dessa circunstância.

A principal diferença entre os conceitos, encontra-se na forma e organização do ensino, a Educação a Distância (EaD) é uma modalidade de educação que encerra em si complexidades e especificidades que a diferem, principalmente, da modalidade presencial. Esta modalidade consiste, em resumo, em um processo educacional planejado (portanto, não acidental ou emergencial), no qual o ensino e o aprendizado ocorrem, normalmente, em lugares e momentos distintos para docentes e estudantes, exigindo estratégias didáticas e de interação específicas. Neste contexto, tanto a concepção didático-pedagógica da EaD quanto a sua lógica organizacional e comunicacional e a relação ensino-aprendizagem estão alicerçadas na mediação, por meio de várias tecnologias, especialmente as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

Portanto, é importante compreender que ensino remoto, educação remota, ensino virtual, educação virtual, educação *online*, entre outras expressões recorrentes utilizadas na atualidade, não são sinônimos de educação a distância. São sim, modelos pedagógicos que, por articularem mediação pedagógica à mediação tecnológica de diferentes tipos, carregam características organizacionais (relação tempo e espaço mais flexível, por exemplo) que, guardadas as devidas proporções, aproximam-se parcialmente daquelas desenvolvidas na EaD (UFG, 2020, s.p.).

A maioria das instituições federais, estaduais e municipais não estava e não estão adequadamente preparadas, houve um negacionismo do poder público com relação às políticas públicas sociais, para os investimentos necessários para contenção do vírus e das mortes. Vivenciamos um cenário de precarização do trabalho, aumentando o desemprego, processo

inflacionário altíssimo, falta de estrutura sanitária e educacional e a necessidade de criar políticas para minimização desse problema.

Segundo Mancebo (2020) a desigualdade social já era extrema, com o Brasil ocupando o 6º lugar dentre os países mais desiguais do mundo, o que contribuía para a pobreza endêmica, com vastas parcelas da população (especialmente, preta), amargando condições de vida e de moradia degradadas e serviços sociais insuficientes.

Salvo raras exceções, parte dos preceitos do Estado neoliberal, mesmo em administrações mais conservadoras, foram parcialmente abandonados com a adoção de medidas como a recomposição da renda dos trabalhadores, auxílios para desempregados e ampliação dos benefícios sociais para trabalhadores informais. Em síntese, muitos Estados adotaram medidas mais ativas visando à garantia da vida, seja para os que foram acometidos pela doença, bem como para os que foram forçados ao isolamento social para evitar contágios e ampliação da epidemia. Pode-se afirmar que, com maior ou menor ênfase, o enfrentamento da grave situação sanitária sobrepôs-se aos preceitos econômicos.

O governo de Jair Bolsonaro segue desde o início do seu mandato sem uma proposta concreta para aquecer a economia do país e gerar emprego e renda para a população brasileira. O presidente tem priorizado o grande Capital ao encaminhar projetos ao Congresso Nacional que trazem sérios ataques aos servidores e serviços públicos, à Constituição Federal ao desvincular piso da Saúde e Educação, às empresas Estatais, entre outros. Enquanto isso, milhões de trabalhadores e trabalhadoras vivem o drama do desemprego, o fim do auxílio emergencial e sem estrutura e investimento na educação básica e superior (ANDES, 2021, s.p).

Nesse cenário caótico, segundo Minto (2020), o MEC não obedeceu às próprias regras vigentes sobre o tema a portaria não tem orientações para a substituição, como se o próprio ministério estivesse sugerindo que fosse feito de maneira improvisada, apenas trocando o meio para garantir as formalidades do semestre letivo.

Outra dificuldade é que situações de crise exigem estratégias à altura, e substituição é uma forma precária de fazer com que as coisas aconteçam,

como se tivessem que seguir seu curso normal e tudo que não há no momento é uma situação de normalidade. (MINTO, 2020, p. 01)

As críticas também estão em torno da necessidade de adequação em curto prazo das atividades, pois a educação sem planejamento está fadada ao fracasso. Assim, não é possível de uma hora para outra fazer qualquer tipo de transposição.

Muitos dizem que a resistência a esta forma seria um tipo de conservadorismo da escola, mas acho que é exatamente o contrário: conservador é querer fazer tudo para querer manter as coisas no seu curso normal em uma situação de anormalidade. (MINTO, 2020, p. 02)

O Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de ensino Superior (ANDES-SN) emitiu, na quarta-feira 18 de março de 2020, uma nota de repúdio contra uma determinação do Ministério da Educação – MEC que autorizou a substituição de aulas presenciais das instituições federais de ensino por formatos à distância, em função da pandemia de Coronavírus.

Ao defender aulas *online*, o governo desconsidera a sobrecarga já existente e intensificada pela qual passam aos docentes e aos discentes no processo de reestruturação da vida cotidiana que a quarentena está exigindo, pondera o documento, destacando que o quadro geral em todo o mundo é de uma excepcionalidade não vista desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o que tem reconfigurado a rotina de toda a classe trabalhadora. “Isso implica que hoje todas as crianças e idosos estão em casa, em regra sob os cuidados do conjunto da classe trabalhadora, na qual se incluem docentes e discentes” (ANDES, 2020, p. 02).

A entidade acrescenta que tal determinação, em meio ao atual contexto de exceção, desconsidera o fato de que aulas *online* exigem internet e equipamentos de qualidade, o que não é realidade para milhares de estudantes de origem popular, que hoje cursam as instituições públicas de educação. Além disso, ignora o caráter pedagógico das aulas presenciais e as especificidades de cada disciplina e curso, entre outros. Ao defender aulas *online*, o governo acaba incentivando mais uma vez uma forma de ensino que não deve ser a principal, mas apenas suporte para os docentes.

O governo continua colocando o mercado em primeiro lugar e a saúde da população em último, coerente com a postura de toda sua gestão: atacando a autonomia das Universidades, Institutos e Cefet; estrangulando os recursos; incentivando o ódio ao conhecimento e à ciência; e aprofundando o sucateamento do Sistema Único de Saúde – SUS o que afeta a saúde dos profissionais de educação e alunos.

Os professores e alunos não receberam apoio para o ensino remoto que é diferente de educação à distância como foi visto. A questão econômica pesou no bolso do trabalhador, pois não houve nessa condição concreta políticas de governo e papel do Estado que atendesse com qualidade mesmo que de forma remota este aluno e professor, entre outras classes de trabalhadores. O ensino remoto é emergencial, diferente de ensino à distância que tem seu tempo, momento e estrutura adequada. A metodologia e estrutura dada para ambos os ensinos são diferentes.

Segundo Saviani; Galvão (2020), o quadro que se anuncia para o período pós-pandemia trará consigo pressões para generalização da educação a distância, como se fosse equivalente ao ensino presencial, em função dos interesses econômicos privados envolvidos, mas também como resultado da falta de uma verdadeira responsabilidade com a educação pública de qualidade e, ainda, pela apatia de entidades de classe, organizações populares e movimentos sociais ditos progressistas que se renderam ao canto de sereia do ensino virtual. No caso da educação superior federal, soma-se ainda a falta de firmeza de reitores, em especial aqueles que não foram eleitos por suas comunidades acadêmicas e que atendem aos interesses do governo federal com pouquíssima resistência e compromisso com suas instituições.

De maneira emergencial, precisa-se, então, de um Estado capaz de recompor plenamente o sistema de saúde, de destinar recursos públicos para a educação pública, universal e gratuita, garantidora da equidade e igualdade sociais.

Logo, a universidade pode desempenhar um papel decisivo em todo esse processo seja desenvolvendo equipamentos, criando novos protocolos de controle deste vírus, o que já vem exercitando amplamente seus estudos, mas também pode ter um papel decisivo no fomento do debate e da luta

contra o negacionismo e o desprezo do governo com relação a severidade da crise sanitária atual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, o direito à educação deve ser entendido como direito social de natureza coletiva, é reconhecida nacionalmente e internacionalmente a qualquer indivíduo, como a Constituição Federal de 1988, LDB Lei nº 9.394 de 1996, entre outros dispositivos normativos que ampliam os direitos de cidadania e educação na direção do fortalecimento da responsabilidade social do Estado para com a sociedade na elaboração e implementação de políticas educacionais.

Persistem, como desafio, mais estudos e reflexões apontadas até o presente momento que inquietam para uma investigação que possa nos direcionar a elementos de produção de conhecimento e entender as dinâmicas das políticas de Estado que estão em curso frente a este quadro de pandemia que o país vivencia, sendo preciso compreender outros fatores na definição de estratégias para o enfrentamento desta crise na educação e ensino remoto já posto.

A pandemia do Coronavírus, fenômeno não previsto, desconhecido pela ciência e que tem contaminado pessoas independentes da classe social, raça/cor, faixa etária e colocado o sistema de saúde de muitas nações em colapso, deu para o setor do capital visibilidade e a importância do trabalho permeado por novas tecnologias informacionais.

Mas também, trouxe com ela, suas contradições, como substituição ao ensino presencial, foi uma forma de elitizar a educação e aprofundar a desigualdade, entre ricos e pobres. Outra face obscura desse cenário, o maior índice de desemprego, a taxa de informalidade passou de 41,1% em 2019 para 38,7% em 2020, o que representa 33,3 milhões de pessoas sem carteira assinada (as e os empregados do setor privado ou as e os trabalhadores domésticos), sem CNPJ (as e os empregadores ou empregados por conta própria) ou trabalhadores sem remuneração. (IBGE, 2020). Sendo possível notar como a mesma tecnologia não foi capaz de superar as

profundas desigualdades existentes nas distintas estratificações do trabalho remoto e digital.

Portanto, a pandemia de novo Coronavírus está impondo mudanças substanciais no modo de inviabilizar acesso à educação superior. Quanto maior a clareza acerca dos aspectos que devem orientar as decisões a serem tomadas nas IES, pela adequada caracterização das condições existentes nas instituições, para estudantes e professores melhor será nossa posição para tornar este tipo de ensino viável, diante desta situação o que precisamos enfrentar e resistir aos ataques que a educação superior por meio do governo federal vem sofrendo e se comprometer na luta pela qualidade da educação.

## REFERÊNCIAS

ANDES – SN. *Nota da diretoria do Andes-SN de repúdio à proposta do MEC de EAD em substituição ao ensino presencial*. p. 01-02, 2020.

ANDES – SN. *Desemprego bate recorde no Brasil em 2020 e atinge 13,4 milhões de pessoas*. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/desemprego-bate-recorde-no-brasil-em-2020-e-atinge-13-4-milhoes-de-pessoas1>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ABREU, Roberta Melo de Andrade; ALMEIDA, Danilo Di Manno de. *Refletindo sobre a pesquisa e sua importância na formação e na prática do professor do ensino fundamental*. R. Faced, Salvador, n.14, p.73-85, jul./dez.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Educação em Direitos Humanos*. Diretrizes Nacionais – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 2010.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 2007.

DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental de natureza social. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial p. 691-713, out. 2007. Disponível em

<<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0428100.pdf>>. Acesso em 05 fev.2016.

DELAM, Perpétua Oliveira de Souza, D.; OLIVEIRA SOUZA, M. O desafio da classe trabalhadora no contexto do trabalho digital e pandemia. *Direito. UnB – Revista de Direito da Universidade de Brasília*, v. 4, n. 2, p. 35-62, 31 ago. 2020.

FISCHMANN, Roseli. Constituição brasileira, direitos humanos e educação. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, pág. 156-167, abril de 2009.

GATTI, B. Estudos quantitativos em educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal*– PNAD Contínua, maio 2020. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>>. Acesso: 10 mar. 2021.

LIMA, Antonio Bosco de. *Dez anos de LDB: anos de contínua reforma educacional*. In:

Silva, Maria Vieira; Marques, Rúbia Alves Marques (org.). *LDB: balanços e perspectivas para a educação brasileira*. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2012.

MELO, André Lins de; SANTOS, Elisângela de Jesus Ribeiro dos; ANDRADE, Gercília Pereira de. Ensino superior no Brasil: do elitismo colonial ao autoritarismo militar. In: Dermeval Saviani, José Claudinei Lombardi. *Anais... UNICAMP/ (Org.)*. Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Campinas, SP: FE/UNICAMP: HISTEDBR, 2009. p. 01-19. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2016.

MANCEBO, Deise. Pandemia e educação superior no Brasil. *Revista Eletrônica de Educação*, v.14, 1-15, jan./dez. 2020.

MINTO, Lalo Watanabe. *Educação em tempos de pandemia: professor Lalo Minto critica o improvisado na EAD*. Disponível em: <<https://andesufrgs.org.br/2020/04/16/educacao-em-tempos-de-pandemia-professor-lalo-minto-critica-o-improvisado-na-ead/>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo a política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. *Educ. Soc.*, Campinas,

v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011. Disponível em:  
<<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

SGUISSARDI, Valdemar. *Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil 2002-2012*. Piracicaba, 2014.

SOUZA, Diego de Oliveira. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 19, Jan. p. 01-15, 2021.

SAVIANI, Demerval; GALVÃO, Ana Carolina. *Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto*. *Universidade e Sociedade* 67. jan. 2021, p. 36-49.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura COVID-19. *Interrupção educacional e resposta*. Paris: Unesco, 30 de julho de 2020. Disponível em: <http://www.iiep.unesco.org/en/covid-19-education-disruption-and-response-13363>. Acesso em: 10 mar. 2021.

## CAPÍTULO V

---

# GESTÃO, AVALIAÇÃO, APRENDIZAGEM E PANDEMIA

## O PAPEL DO GESTOR DURANTE UMA CRISE

### SANITÁRIA

Ronaldo Vinagre Franjotti

#### INTRODUÇÃO

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

(GADOTTI 1994, p. 579)

Este artigo visa apresentar uma experiência de gestão durante a crise sanitária da pandemia de Covid-19 em 2020. O objetivo maior é mostrar como o gestor pode ser um fomentador do processo de ensino-aprendizagem e um organizador das práticas metodológicas na unidade de ensino numa época tão difícil. Todos sabemos que a gestão com excelência passa pela análise de indicadores externos e internos para que se percebam as dificuldades e problemas, no entanto, compreender e modificar os dados desses indicadores ainda é um desafio para os gestores. Dessa forma, metodologias realmente efetivas e inovadoras devem ser propostas e gerar uma educação verdadeiramente integral e inclusiva. Já era visível nos indicadores nacionais, como a Prova Brasil e o Enem, mesmo antes da pandemia, que os índices de aprendizagem na rede pública de ensino estão muito aquém do ideal. Esse quadro se agravou ainda mais no ano em questão. Talvez a situação esteja tão problemática também porque o papel do gestor ainda não está claro para muitos profissionais da educação e até mesmo para as comunidades escolares, que ainda costumam focar apenas no professor todos os anseios e problemáticas da aprendizagem. O primeiro passo tomado em nossa unidade escolar, a Escola Estadual Padre José Scampini, localizada em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, foi apresentar

e discutir o papel do gestor como grande organizador metodológico da aprendizagem e seu potencial transformador nesse processo. Valendo-nos das reflexões e proposições de Pedro Demo, o ensinar pela pesquisa, reorganizamos nosso fazer pedagógico. Também nortearam nossas ações e reflexões o conceito de metodologias ativas para educação, de Bacich e Moran, e as metodologias para a Educação Integral do Instituto Ayrton Senna. O trajeto, como se verá, aponta um caminho que, se seguido por outros gestores, levará ao sucesso do processo de ensino-aprendizagem mesmo em condições adversas.

O ano de 2020 ficará registrado historicamente pela pandemia de Covid-19. A última crise sanitária de tamanha proporção aconteceu quase cem anos antes, a Gripe Espanhola. Apesar de muita coisa ter mudado nesse intervalo e a humanidade ter dado um salto tecnológico sem precedentes, a crise nos mostrou a dimensão de nossa fraqueza. A impossibilidade de juntar as pessoas devido ao risco de transmissão acarretou o fechamento de escolas e universidades. A educação se tornará inviável do modo como a conhecíamos e praticávamos. Ao mesmo tempo, os indicadores internos e externos (como o Enem e o índice de aprovação da unidade) nos indicavam que algo deveria mudar já antes da crise. Ao pensarmos um plano, o principal ator que nos vem à mente é o gestor.

O gestor pedagógico e administrativo é uma figura folclórica em muitas instituições de ensino do Brasil, quase sempre visto como uma figura austera ou autoritária, capaz de meter medo no corpo discente e docente. A despeito das lendas e da comoção em torno do gestor, percebe-se que sua real função e valor no processo de ensino-aprendizagem ainda não está completamente clara para muitas instituições e atores pedagógicos. Por isso, percebemos que, antes mesmo de traçarmos um plano de ação pedagógica durante a pandemia de Covid-19, devíamos mostrar de forma clara e prática qual é a função e a contribuição que o gestor pode e deve dar ao fazer pedagógico.

É imperioso perceber que o gestor pedagógico, e em última análise todo ator pedagógico, é o grande promotor da organização e funcionalidade do espaço pedagógico. É ele quem vai orientar alunos e professores, especialmente os últimos, na sintonia de métodos e práticas que efetivem a

aprendizagem. A verdadeira aprendizagem, como assinala Moran (2018, p. 01), é um processo ativo e constante, interminável. Logo, um processo assim tão complexo exige dos educadores uma postura também evolutiva, em constante adaptação, e que promova ambientes ricos em oportunidades de aprender fazendo (MORAN, 2018, p. 02).

Este artigo tem dois momentos distintos, primeiro se abordará os temas sobre os quais a equipe pedagógica se debruçou antes de organizar o plano para a pandemia: a importância dos indicadores educacionais, internos e externos, para o planejamento e organização do fazer pedagógico; a análise dos dados de indicadores nacionais e regionais para diagnosticar os principais problemas de aprendizagem; as diferentes metodologias de ensino utilizadas no plano pandemia e suas contribuições para o fazer pedagógico.

Na conclusão, traçar-se-á um possível caminho para atuação do gestor, um caminho que vise suprir as carências e problemáticas apontadas nos indicadores analisados e que leve a unidade a promover uma educação integral, inclusiva e ativa. Pode-se dizer que se traçará um percurso prático para a gestão, um exemplo que não dará conta de toda a realidade, mas que será um bom ponto de partida para a reflexão e ação dos gestores, que sirva ao menos como ponto de questionamento das práticas atuais e ruptura com o que precisa ser mudado.

## DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO

Uma das discussões que tem ganhado fôlego no ambiente pedagógico e acadêmico, como afirma Hoffman (2014, p. 17), é a da dimensão social/política da avaliação e seu papel em uma sociedade democrática. Claro que esse não é um debate inédito, mas que tem crescido muito porque é cada vez mais evidente que o modelo da “escola tradicional” não dá mais conta da realidade de uma geração que já nasce imersa nas novas tecnologias. Para Hoffman:

Os estudos em avaliação deixam para trás o caminho das verdades absolutas, dos critérios objetivos, das medidas padronizadas e das estatísticas, para alertar sobre o sentido essencial dos atos avaliativos de interpretação de

valor sobre o objeto da avaliação, de um agir consciente e reflexivo frente às situações avaliadas e de exercício do diálogo entre os envolvidos. (HOFFMAN, 2014, p. 18)

É mister reconhecer que se os estudos em avaliação estão tão avançados, na prática o que se vê muito ainda é uma preocupação meramente estatística com o rendimento dos alunos, principalmente dos governantes e administradores que muitas vezes vinculam o recebimento de fomento à produção de bons índices. Essa atitude por si só já mostra a incongruência do processo, pois é lógico pensar que as instituições com piores índices são aquelas que necessitam de mais atenção e incentivo, não o oposto. Enquanto docentes e gestores alimentarem essa visão arcaica da função da avaliação, a avaliação da aprendizagem não avançará para os novos rumos, nos quais o professor um avaliador interativo que influencia e sofre influência do contexto avaliado. Outra preocupação que aumenta a tensão em torno da questão, também assinalada por Hoffman (2014, p. 18), é a cobrança da sociedade que às vezes percebe uma avaliação educacional sem parâmetros claros e teoricamente frágeis. Diante de todas essas inquietações, o que deve fazer o gestor?

A resposta que Hoffman propõe é o que ela chama de “leitura positiva” da avaliação. Em suma, trata-se de focar a avaliação não em afirmar o que o aluno desconhece, nega (suas deficiências acadêmicas), mas na percepção do conhecimento que ele construiu através do processo e aprendizagem, aquilo que ele sabe e que se relaciona com seu universo pessoal (HOFFMAN, 2014, p. 21-22). A pesquisadora ainda afirma que essa é mais uma questão de mudança de postura em relação à finalidade da avaliação do que aos seus procedimentos propriamente (HOFFMAN, 2014, p. 190, ou seja, não se trata de abandonar todos os modelos avaliativos, mas principalmente mudar a forma de ler seus resultados.

Pensando dessa forma, o papel do gestor é ver além das deficiências apontadas nos dados e respostas das avaliações internas e externas, o papel do gestor é enxergar o que está funcionando e incrementar esse esforço. Essa mudança de perspectiva, que pode parecer sutil, deve resultar numa proposição ativa de uma aprendizagem integral e inclusiva, que se vale daquilo que os alunos trazem consigo, seus dons, para o exercício do saber.

Exemplos de ações positivas são os projetos desenvolvidos em várias escolas estaduais do Mato Grosso do Sul. Nossa escola, a Escola Estadual Padre José Scampini, situada na capital Campo Grande, já desenvolvia várias ações para estimular as habilidades e curiosidades dos alunos, como um projeto de leitura, um projeto que explora as fontes de energia e outro que celebra a cultura africana - todos interdisciplinares. Tais projetos estimulam a curiosidade e fomenta as pesquisas nos alunos que se tornam mais participativos e aprendem melhor.

Há dois métodos principais para se chegar ao conhecimento de algo, o indutivo e o dedutivo. O método indutivo consiste na apreciação da realidade para através dessa análise propor esquemas, ampliá-los e criar conceitos gerais. O método dedutivo percorre o caminho oposto, ele parte de uma teoria ou ideia para sua testagem ou aplicação ao mundo real. A criança que experimenta sozinha o mundo e que vai, a partir do que sente, criando sua realidade age indutivamente - como quando ela vai provando alimentos e estabelecendo seu paladar. Quando a criança chega à escola, ela é apresentada pelos professores a uma série de ideias e teorias que vai, ou não, verificando serem verdadeiras e corresponderem à realidade que a cerca. É o que ocorre, por exemplo, com o conhecimento das ciências naturais, a criança aprenderá a teoria sobre reprodução humana muito antes de experienciar praticamente essa etapa. Em suma, pode-se dizer que o método da escola é por excelência dedutivo e o da natureza, da vida comum, é o indutivo.

Uma das principais críticas ao ensino tradicional é justamente ignorar o método indutivo e seus benefícios para a aquisição e fixação de conhecimento. Há vários caminhos para incluir o método indutivo e propor uma aprendizagem híbrida, neste tempo de pandemia selecionamos dois métodos que possuem semelhanças e cumprem essa função bem: a educação integral, tal como é proposta pelo Instituto Ayrton Senna, e a educação pela pesquisa, tal como propõe o pesquisador Pedro Demo. Ambas dialogam diretamente, pois partem, dentre outros, de um ponto comum: o conceito pedagógico de *learning by doing*, de John Dewey.

Aprender fazendo (*learning by doing*) é a essência da educação integral e do ensino por pesquisa, pois faz esse movimento de buscar um

método indutivo e incorporá-lo à prática dedutiva da escola. Ao optar por uma metodologia, como nos ensina o Instituto Ayrton Senna (2020, p. 7), deve-se levar em consideração aquelas que demandem um papel ativo dos estudantes, sejam aplicadas em um ambiente colaborativo no quais professores e alunos estabeleçam uma relação de confiança, abertura para o erro e elevadas expectativas em tarefas complexas que devem ser propostas em sequências de atividades estruturadas com clareza e propósito. Para tanto, se espera que o professor atue como um mediador do conhecimento, não um “resolvedor”, mas alguém que acolhe os alunos e dialogicamente os envolve no processo de resolução dos problemas propostos.

É por não se relacionar com o contexto supracitado que, como afirma o pesquisador e pedagogo Pedro Demo:

Professores com algum senso crítico percebem que a escola está em franca decadência, em particular nos anos finais e no ensino médio. Dão-se conta de que aulas, provas e repasse sistematicamente, não resultam em nada de importante para a vida dos estudantes. [...] A grande maioria dos estudantes frequenta diariamente a escola, mas chega ao fim do ensino médio em situação de quase analfabetismo generalizado, mormente em matemática. Não sabem redigir. (DEMO, 2018, p. 51)

O trecho supracitado pode parecer muito cruel à primeira leitura, mas é a realidade de grande parte dos educadores da nação, é claro que a mera percepção desse problema não conduz necessariamente a um avanço. A resolução para essa problemática passa, segundo o pedagogo, por uma educação integral ancorada na pesquisa como motor e finalidade e que promova o protagonismo e a autoria estudantil (DEMO, 2018, p. 39). O papel do professor nesse contexto é o de um mediador, um facilitador da aprendizagem, o que não é de modo algum um demérito ou uma depreciação da figura e da função docente por que na verdade, tal quais os pais, os professores devem ocupar por excelência o papel de mediadores (DEMO, 2018, p. 40).

De certa forma, os projetos que outrora eram propostos na unidade escolar contemplavam a metodologia do aprender fazendo, no entanto, neste novo momento que é a pandemia de Covid-19, como adaptar essa metodologia à educação à distância? A resposta que os gestores

encontraram, e que depois foi confirmada pela Secretaria de estado de educação (SED-MS), foi a utilização de um pacote de ferramentas de ensino *online* da empresa *Google*.

Essa escolha foi indicação de alguns dos professores que já vinham utilizando há algum tempo ferramentas como o *Google Docs* e *Google Drive* para aplicar avaliações e orientar trabalhos. A grande novidade para o corpo docente foi o *Google Classroom*, ou *Google Sala de Aula*. Essa ferramenta funciona como uma plataforma que agrega todos os outros serviços e facilita ainda mais a integração entre diferentes tipos de mídias: vídeos, links, textos, formulários e apresentações.

A saída para poder ensinar à distância foi criar turmas para os alunos na plataforma do *Google*, onde cada professor pode criar seu material. Valendo-se dos recursos da *internet*, cada docente organizou por eixos temáticos atividades a serem desenvolvidas num sistema de *quests*, buscas. Os alunos deveriam assistir, ler e pesquisar os temas sugeridos com o auxílio dos *links* indicados. Toda a preparação serviria para, ao fim do percurso, a produção de um vídeo em que se demonstrava o conteúdo assimilado, por exemplo.

Interessante notar que, pouco tempo depois da suspensão das aulas, o governo do estado disponibilizou numa parceria com a empresa de tecnologia, o *Google*, um pacote empresarial das ferramentas do Sala de Aula que utilizamos na modalidade gratuita. Facilitou-se ainda mais a opção que gestores e corpo docente já haviam acolhido. Claro que, infelizmente, há problemas até mesmo com essa nova ferramenta.

Enquanto a maioria dos alunos atendidos por nossa escola habitam seu entorno, uma periferia de Campo Grande, há alguns que são oriundos da zona rural. Esses alunos já tinham dificuldade para acompanhar as aulas presenciais, em dias de chuva raramente se locomovia, por exemplo, e essa situação piorou com as aulas à distância. A impossibilidade de uma conexão com a *internet* na zona rural, mesmo para aqueles que já possuíam celulares, tornou a ferramenta inútil para eles. Assim também aconteceu com outra minoria que foram os alunos muito carentes da cidade, aqueles que sequer possuíam celulares ou computadores.

Para atender a demanda desses grupos excluídos, docentes e gestores organizaram materiais e atividades *offlines*, impressas, a serem distribuídas e entregues na unidade aos pais e interessados. Devemos confessar que, nesses grupos, houve muito mais desistência do que no grupo com condições econômicas e de acesso. Devemos nos lembrar que, se a tecnologia deve ser vista realmente como uma ferramenta muito útil em tempos de crise, é preciso olhar pelos mais pobres e por quem ainda não tem acesso a ela.

## CONCLUSÃO

Após a apreciação dessas reflexões sobre avaliação, métodos e metodologia, cabe agora responder à derradeira questão: qual é o papel do gestor num contexto de pandemia, quando se deve propor, a despeito das dificuldades, uma educação integral, ativa, que educa pela pesquisa e que avalia de modo inclusivo? O que ele pode e deve fazer?

Para Bacich (2018, p. 1), é fundamental que os professores sejam proficientes nas tecnologias educacionais, que eles as dominem de fato, incorporando-as em seu fazer pedagógico. Quem tem mais condição de verificar e suprir essa necessidade de proficiência é o gestor. É ele quem deve auxiliar os docentes no cotidiano, verificar suas carências digitais e propor, com auxílio das secretarias de educação, medidas e formações que possam resolver essa problemática. Somente docentes digitalmente alfabetizados podem incorporar as novas tecnologias ao currículo e propor uma abordagem que de fato se traduza em melhores resultados na aprendizagem dos alunos (BACICH, 2018, p. 1).

O gestor também é o grande responsável por lembrar a toda comunidade escolar que a avaliação não é um fim, é um processo (BACICH, 2018, p. 7). Ou seja, os professores devem ter em mente que a avaliação aponta as carências e pontos fortes da aprendizagem e guiará as metodologias a serem adotadas para que possam obter melhores resultados. O gestor é o responsável por auxiliar os docentes na interpretação desses resultados e na proposição de projetos e atividades que venham de encontro às necessidades da comunidade escolar.

Também é necessário que a gestão esteja atenta à organização do espaço de aprendizagem, afinal, numa sala numerosa com disposição dos alunos em fileiras, haverá poucas oportunidades para interação entre os pares (BACICH, 2018, p. 12). Promover uma adequada organização do espaço é fundamental para que as ações de ensino e aprendizagem sejam potencializadas. Os gestores da Escola Estadual Padre José Scampini, por exemplo, após ouvirem as reclamações de alunos e professores, estão se mobilizando para instalar ares-condicionados nas salas. Como a cidade de Campo Grande possui um clima muito quente, essa simples medida tem ajudado em muito a promover o mínimo de conforto necessário à concentração que se requer para aprender. Enfim, esse é o retrato do gestor pedagógico do futuro, alguém que consegue estar sempre atento às avaliações para, a partir delas, orientar e propor uma aprendizagem ativa, colaborativa, integral e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

- BACICH, L. Formação continuada de professores para o uso de metodologias ativas. In: BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto alegre: Penso, 2018, p.1-25.
- DEMO, P. *Atividades de aprendizagem: sair da mania do ensino para comprometer-se com a aprendizagem do estudante*. Campo Grande, MS: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul – SED/MS, 2018.
- GADOTTI, Moacir. Pressupostos do Projeto Pedagógico. In: Conferência Nacional De Educação Para Todos, 1994, Brasília. *Anais...* MEC, 1994.
- HOFFMANN, Jussara. *Avaliar para Promover: as setas do caminho*. Porto Alegre; Editora Mediação, 2014.
- MORAN, J. Metodologias Ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto alegre: Penso, 2018, p.1-25.

## CAPÍTULO VI

---

# A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA PROPOSTA COM A COMPETÊNCIA 8 DA BNCC

Tais Turaça Arantes

## INTRODUÇÃO

O trabalho do orientador educacional está sempre ligado ao cotidiano escolar. Esse profissional em suas atribuições precisa lidar com os alunos, professores e a comunidade em geral, em seus anseios e necessidades. Ele precisa estar atento em relação ao clima organizacional da escola, ou seja, aos relacionamentos interpessoais, por isso a importância de sempre buscar estar atualizado e ser um agente de mudança dentro da escola. O orientador educacional precisa caminhar ao lado de seus alunos, acompanhando o seu processo de ensino-aprendizagem, por isso é necessário que esse profissional precise conhecer o aluno de forma verdadeira: saber o que o discente pensa, sente e espera da escola, visto que saber os seus anseios, sonhos e dificuldades possibilita traçar um plano de intervenção para esse aluno (SANTOS; RAMALHO, 2006).

Compreende-se que o orientador educacional é aquele profissional especial dentro da escola, visto ser alguém que necessita utilizar parte do seu tempo para a busca integral de formação de seus alunos, auxiliando em sua trajetória escolar com a finalidade de suprir suas necessidades e expectativas, bem como também deve prestar assistência aos professores e aos pais dos alunos (ROSA, 2018).

A partir dessa breve discussão pensa-se agora: qual o papel do orientador educacional frente aos desafios do ensino e da aprendizagem na Educação Básica na contemporaneidade em tempos de pandemia? A partir desse questionamento que esse texto visa apresentar um projeto de ação para em que o orientador educacional junto com outros setores curriculares da instituição possam juntos enfrentar um dos maiores problemas

enfrentados no ano letivo de 2020 e que possivelmente estará presente no início do ano letivo de 2021: os impactos do ensino remoto em alunos da educação básica.

Nesse sentido, será necessário desenvolver a competência 8 da *Base Nacional Comum Curricular: Autoconhecimento e Autocuidado*. A justificativa de apresentar um trabalho que se pauta na questão do ensino híbrido e no desenvolvimento da competência 8 do BNCC está no fato de que a pandemia alterou o modo como os alunos da educação básica vivenciavam a educação dentro da escola, fazendo com que as aulas acontecessem de forma remota. Moran (2017, p. 23) já nos explicava sobre o ensino híbrido seria presente em nosso cotidiano, pois “os processos de aprendizagem são múltiplos, contínuos, híbridos, formais e informais, organizados e abertos, intencionais e não intencionais”, por isso que nesse período de início de ano letivo de 2021 tanto os professores quanto os alunos terão que desenvolver resiliência e capacidade de inovação, para se adaptar ao novo cenário de volta às aulas e pensar o ensino de forma híbrida. Isso demonstra o quanto o desenvolvimento das competências socioemocionais será primordial.

Dessa forma, a proposta deste texto é discutir como o orientador educacional junto com os professores dos setores curriculares podem desenvolver a competência 8 do BNCC: Autoconhecimento e Autocuidado com os alunos em tempos de pandemia e como será o ensino híbrido no início do ano letivo de 2021. A competência 8 do BNCC foi escolhida devido ao fato de que em seu escopo está determinado que se deve cuidar da saúde física e emocional dos alunos, sempre reconhecendo suas emoções, autocrítica e capacidade para lidar com eles.

## A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E O ORIENTADOR EDUCACIONAL

Esse tópico busca discutir de forma simples a regulamentação da profissão do orientador educacional com o passar do tempo no Brasil, bem como apresentar como é vista a sua função no cotidiano. Esse tipo de reflexão teórica nos demonstra o quanto ainda é importante a presença de

um orientador educacional dentro da escola, principalmente em tempo de pandemia.

A legislação sofreu alterações com o passar do tempo e atualmente a orientação educacional é uma das funções exercidas por aqueles que contêm o título de nível superior em pedagogia, que em determinadas situações se pede o título de especialista em “Orientação educacional”. Nos diferentes estados do Brasil e redes escolares a profissão pode receber denominações e exercer atividades variadas. Essa diversidade pode estabelecer um conflito entre a gama de papéis desempenhados por esse profissional (PASCOAL; HONORATO; ALBUQUERQUE, 2008).

A história da profissão começa em 1930 a partir da orientação profissional que se fazia nos Estados Unidos. No Brasil a profissão surgiu em meados de 1940 a partir Decreto n. 17.698, de 1947, referente às Escolas Técnicas e Industriais e, também, estava relacionada em ajudar os jovens a escolherem o seu caminho profissional. Nessa época no país não havia cursos especiais voltados para a orientação educacional, apenas algumas leis orgânicas que faziam alusão a profissão, como as Leis Orgânicas do Ensino referentes ao período de 1942 a 1946, e isso faziam com que os cargos voltados para essa atuação fossem preenchidos por cargos “técnicos de educação”. Outro ponto relevante é que até 1958, em São Paulo, existiam cinco faculdades que ministravam o curso voltado para a formação superior do orientador educacional, sendo que o primeiro deles foi criado pela PUC-Campinas, em 1945. De 1958 até 1961 o MEC tinha regularizado a profissão até que em 1961 a LDB 4.024 regulamentou a formação do Orientador Educacional. Assim, em 1968 a Lei 5.564, da mesma forma que a LDB em vigor, demonstrava uma preocupação voltada para a formação integral do adolescente e a orientação educacional destinava-se a assistir ao educando. Em 1971 a nova LDB instituiu, através do artigo 10, de forma obrigatória a Orientação Educacional, em que era necessário o aconselhamento vocacional junto com os professores, a família e a comunidade. Esse breve resumo da profissão nos demonstra uma visão da legislação e dos contextos sociais a orientação educacional tem cumprido os seus papéis esperados (PIMENTA, 1988; PASCOAL; HONORATO; ALBUQUERQUE, 2008; GRINSPIN, 2011). Nesse sentido, Pascoal, Honorato e Albuquerque (2008,

p. 104) os papéis da orientação educacional foi “muitas vezes a favor do sistema excludente e poucas vezes carregada de ousadia no sentido da emancipação das camadas populares. Isso se deve, principalmente, ao fato de estar atrelada às políticas educacionais vigentes nos diferentes momentos históricos”.

Atualmente o orientador educacional está presente como membro da equipe gestora junto com o diretor e a coordenação. Esse profissional de caracteriza como um dos principais responsáveis pela formação do aluno, desde reflexões acerca da própria sociedade, como também valores éticos e morais. Como dito anteriormente o orientador educacional trabalha junto com os professores com a finalidade de ajudar no processo educacional do discente dando a atenção aos seus comportamentos.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o orientador educacional não é um psicólogo, pois são profissões com objetivos diferentes, uma vez que o orientador educacional, por mais que lide também com problemas comportamentais, oriente os alunos quanto a sua futura formação, trabalhe com dificuldades de convivência e de aprendizagem das crianças, a sua função está dentro do campo pedagógico. Por esses motivos que o profissional dessa área não fica somente ligado aos alunos que não se comportam dentro da sala de aula. O orientador educacional precisa “pular” os muros da escola para atuar como uma ponte entre a comunidade e a instituição escolar. A citação abaixo conceitua a orientação educacional como:

um processo social desencadeado dentro da escola, mobilizando todos os educadores que nela atuam – especialmente os professores – para que, na formação desse homem coletivo, auxiliem cada aluno a se construir, a identificar o processo de escolha por que passam, os fatores socioeconômico-político ideológicos e éticos que o permeiam e os mecanismos por meio dos quais ele possa superar a alienação proveniente de nossa organização social, tornando-se, assim, um elemento consciente e atuante dentro da organização social, contribuindo para sua transformação. (PLACCO, 1994, p. 30)

Nesse sentido, a pesquisadora Mírian Grinspin (2011, p. 10) nos explica que:

A orientação educacional vai muito além desse quadro específico do ensinar/aprender para buscar/promover nas raízes do aluno – principal foco do seu trabalho – as melhores condições não só para ele aprender o que foi ensinado, mas com o seu saber/fazer ele nos possa ensinar o que devemos aprender em termos de lhe proporcionar melhores condições de uma educação de qualidade. O que observo, hoje, é que, mais do que nunca, a Orientação educacional se faz necessária nas escolas e apontaria algumas razões tão visíveis e necessárias para identificar que educar não é somente ensinar e aprender.

Compreende-se, a partir das duas citações, que o profissional dessa área é aquele encarregado de articular os discursos entre a escola e a família. O orientador educacional precisa pensar sempre a aproximação das duas partes por meio de planejamentos que visem momentos culturais em que as famílias possam ficar juntas com os seus filhos. Como supracitado o orientador educacional desempenha a tarefa de servir de elo entre a escola e família, contudo, como a sua função não é de psicólogo, o orientador educacional não deve ser aquele que diagnostique problema algum no aluno, e sim que olhe para os aspectos saudáveis que possam ser um caminho para superar a presença de aspectos negativos.

A partir dessa breve discussão sobre a profissão de orientação educacional e o papel do orientador educacional procura-se agora pensar qual será o papel do orientador educacional nesse período de ensino híbrido. Para tanto, abordar-se-á um pouco sobre o ensino híbrido no próximo tópico.

## O ENSINO HÍBRIDO

Começamos esse tópico abordando a diferença entre a EAD – Ensino à Distância – e o ensino híbrido. De acordo com o Decreto 9.057/2017, em seu Art. 1º que:

considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva

atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017, s/p )

Nesse sentido, Moran (2004, p. 348) a educação a distância está evoluindo rapidamente no país. O acesso as tecnologias telemáticas permitiram a existência de uma rápida comunicação entre professores e alunos, tanto na escola quanto no trabalho. A educação a distância no país foi legitimada pela LDB, LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, e isso foi importante por confere a EAD o mesmo valor legal equivalente dos cursos presenciais. Naquela época o referido autor vislumbrava uma aproximação significativa entre o presencial e a distância em que se construiria um modelo de flexibilização maior entre os cursos, de ambientes de aprendizagem, semipresencial ou a distância. Moran (2012) também define a EAD como um percurso/processo de ensino, em que as TDIC – Tecnologias de Comunicação e Informação – funcionam como um meio de comunicação, em que os docentes e discentes estão fisicamente separados e interligados. Já o ensino híbrido ou *Blended Learning*:

é um conceito de educação caracterizado pelo uso de soluções mistas, utilizando uma variedade de métodos de aprendizagem que ajudam a acelerar o aprendizado, garantem a colaboração entre os participantes e permitem gerar e trocar conhecimentos. O conceito faz uso de integração de diversos métodos instrucionais (estudos de caso, demonstração, jogos, trabalhos de grupo), métodos de apresentação (áudio, groupware, TV interativa, teleconferência, sistemas de apoio à performance, multimídia) com métodos de distribuição (TV a cabo, CDROM, e-mail, internet, intranet, telefone voicemail, web), em resposta ao planejamento instrucional previamente estabelecido. (Chaves Filho, et al., 2006, apud o Garbelini; Gonçalves, 2015, p. 97)

Mahaye (2020) nos diz que a *Blended Learning* é um conceito que foi desenvolvido no início dos anos 1960 e evoluiu para diferentes formas de abordagens e que são amplamente praticadas em diferentes níveis educacionais ao redor do mundo. A palavra *Blended* traz em sua carga semântica a combinação de diferentes componentes em uma estrutura totalmente nova e conseqüentemente, formou a base para a conceituação de aprendizagem que combina diferentes estratégias para o seu acontecimento,

em outras palavras, essa metodologia pode ser descrita como uma integração convencional presencial e a método digital ou online.

Sendo assim, o seguinte questionamento surge: mas se a educação a distância foi a mesma metodologia utilizada em 2020 ela será a mesma em 2021? Para responder essa pergunta precisamos voltar no tempo, mais precisamente em março de 2020. Foi nesse período que a Organização Mundial de Saúde – OMS - a declarou o estado de pandemia em relação à Covid-19. Os estados do Brasil começaram a pensar e a realiar interdição das atividades de circulação de pessoas e indicação de isolamento social. Dessa forma, as atividades educacionais em seus diferentes níveis e modalidades foram suspensas aquele mês, e posteriormente os estados começaram a publicar seus decretos locais. Algumas semanas se passaram e as instituições públicas e privadas passaram a pensar um modelo em que a educação continuasse e a partir das orientações do Conselho Nacional e dos Conselhos Estaduais de Educação, buscaram uma aprendizagem nos moldes da já existente Educação a Distância (EaD) (MELO; RAMOS, 2021).

Os estudos realizados por pesquisadores, como apontam Melo e Ramos (2021, p. 4), demonstram as questões de “futuro na medida em que a pandemia demarcará uma nova fase na oferta educativa da Educação Superior em todo o mundo. A principal delas será o uso persistente do *blended learning*, ou Ensino híbrido”. Compreende-se que muitos profissionais da educação não esperavam uma mudança tão drástica dentro da forma de ensino e optou-se em 2020 pela metodologia de educação a distância, com a passagem do ano letivo de 2020 e o início de 2021 começa-se a se pensar no retorno das aulas e no ensino híbrido. O próximo tópico apresenta uma sugestão voltada para a competência 8 do BNCC.

## PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

De acordo com Carneiro e Lopes (2020) é importante o desenvolvimento das Competências Socioemocionais em sala de aula, e as competências presentes no BNCC que tratam em seu escopo sobre esse desenvolvimento são: a) a competência 7 que trata da Autogestão do estudante; b) competência 8 onde prioriza o Autocuidado e o

Autoconhecimento; c) a competência 9 que busca o desenvolvimento da Empatia e Cooperação; d) e a competência 10 prioriza desenvolver a Autonomia do estudante. Nosso foco nesse trabalho é a competência 8. De acordo com o BNCC a competência 8 prioriza “conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas” (BNCC, 2017, p. 10).

Na introdução apresentou-se uma pergunta voltada para o profissional da orientação educacional; agora apresenta-se outra pergunta que norteou a escrita desse texto era: porque trabalhar e desenvolver uma das competências socioemocionais em sala de aula da educação básica na volta às aulas por meio do ensino híbrido em 2021?

A partir das discussões sobre a profissão do orientador educacional, educação a distância e ensino híbrido compreende-se a importância do desenvolvimento das competências socioemocionais em sala de aula da educação básica, visto que muitos alunos nesse período estarão fragilizados emocionalmente. Acredita-se que de alguma forma alguém próximo possa ter sido vítima do vírus ou que a família do aluno tenha sido atingida por outros problemas desdobrados pela pandemia como a necessidade financeira e a própria falta de recursos para dar prosseguimento em seu aprendizado<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O foco desse texto não é discutir a falta de acesso a um ensino de qualidade que alguns discentes não tiveram acesso durante a pandemia, mas não se pode deixar de mencionar que isso tem um impacto na saúde dos alunos, como disserta os pesquisadores Moreira et. al. (2020, p. 6688) sobre os impactos da pandemia na educação que “as aplicações de ensino em épocas de pandemias devem levar a informação a todas as camadas sociais do país, objetivando o ensino de qualidade. Em locais menos favorecidos, deve-se ainda, compreender a situação socioeconômica e desenvolver habilidades para que estes alunos não sejam prejudicados. Em alguns lugares do país, foi utilizado vídeo aulas transmitidas em TV aberta, como era feito antigamente com o programa Telecurso 2000 e Telecurso 2000 profissionalizante, onde o aluno aprendia pela tv. O ensino é dado como falho, pois o aluno não consegue tirar suas dúvidas, entretanto, o mesmo deve acompanhar até o retorno presencial das aulas para que possa ser realizado o reforço e solucionado as dúvidas quanto ao conteúdo abordado”.

Dessa forma, pensou-se em uma aula expositiva dialogada, com a finalidade de abordar os questionamentos relacionados ao ensino híbrido. O orientador educacional, junto com os professores responsáveis de cada disciplina, discutirá como será a abordagem com os alunos, buscando compreender o que eles vivenciaram no ano letivo de 2020 para se criar a ponte com as expectativas de 2021.

Nesse sentido, pensou-se que a competência 8 é uma ponte para sabermos como os alunos se sentiram em relação ao ano letivo de 2020 e quais as suas expectativas para 2021. Como explicam as pesquisadoras Carneiro e Lopes:

As competências socioemocionais quando aplicadas ao ambiente escolar são forte aliados na prevenção de transtornos mentais em crianças e adolescentes. Inúmeros são os transtornos mentais que acometem as crianças e adolescentes cada vez mais cedo, como exemplo, a ansiedade que é desenvolvida a partir de seu ambiente familiar, herdados muitas vezes por pais que já tenham ansiedade, e até pela influência de problemas familiares percebidos pela criança ou adolescente. Além disso, a vida agitada desde cedo com crianças com muitas atividades, como também o uso intenso da tecnologia, contribuem para o desenvolvimento da ansiedade. (CARNEIRO; LOPES, 2020, p. 7)

Compreende-se que todos os fatos vivenciados pelos alunos no decorrer de 2020 e início de 2021 são situações preocupantes. Pensar em formas de minimizar e prevenir essas experiências vividas pelos anos nesse tempo de pandemia é algo muito importante.

Sendo assim, o orientador educacional, junto com a equipe de professores e se possível com a presença de um psicólogo, poderá seguir as seguintes ordens de discussão na volta às aulas pelo ensino híbrido: a) Discutir com o corpo docente a importância de reconhecer emoções e sentimentos dos alunos, bem como a influência que pessoas e situações exercem sobre vida deles; b) Fomentar a discussão de como apresentar para os alunos, através das aulas, a importância de aprender a manter-se seguro, tranquilo e otimista em situações emocionalmente intensas; c) Abordar sugestões de como podemos avaliar forma de pensar do aluno, integrando a prática reflexiva ao seu cotidiano. Esse tipo de proposta trabalhar com a avaliação formativa, em que o objetivo é identificar se os

professores dos demais setores curriculares, junto com o setor de Orientação Educacional, conseguirão traçar metas para o processo de ensino-aprendizagem para 2021. Espera-se como resultado traçar planos de aulas que versem em seu escopo a competência 8, podemos citar um exemplo com a disciplina de educação física em que a integração pelo esporte pode ajudar na socialização dos alunos nessa volta para a escola, assim como, o departamento de artes poderá trabalhar uma recepção dos alunos por meio da dança

## CONCLUSÃO

O presente texto tratou em seu escopo sobre a questão da orientação educacional em tempos de pandemia com o recorte para o ensino híbrido no ano letivo de 2021. Para tanto apresenta-se uma proposta metodológica para os educadores educacionais centrada na competência 8 do BNCC.

Em tempos de pandemia não podemos nos esquecer enquanto profissionais da educação que muitas vezes temos um papel importante na vida dos alunos. Mesmo que enquanto educadores também tenhamos passados por nossas dificuldades é necessário pensarmos em nossos alunos. Acredita-se que o ensino híbrido será um caminho para esse ano letivo de 2021, pois mesmo com a chegada da vacina ainda será necessário o distanciamento.

Este capítulo tentou apresentar, de forma breve, uma possível atividade para os orientadores educacionais, visto que a sua participação dentro da comunidade escolar é necessária e muitas vezes é esse profissional que faz a ponte entre o que acontece dentro da escola com as famílias dos discentes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base nacional comum curricular*. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

- GARBELINI, V. M. P.; GONCALVES, E. Educação a Distância: Características e Direcionamentos Pedagógicos na Era Digital. *EAD em Foco*, v. 5, n.1, 2015, p. 85-101.
- GRINSPUN, M. P. S. Z. *A orientação educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola*. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LOPES, C. A. N.; CARNEIRO, M. D. L. Desenvolvimento das Competências Socioemocionais em Sala de Aula. *Id on Line Rev. Mult. Psic.*, v.154, n. 53, 2020, p. 1-14.
- MAHAYE, N. E. The Impact of COVID-19 Pandemic on Education: Navigating Forward the Pedagogy of Blended Learning. *University of Pretoria*, v. 1, n. 1, 2020, p. 1-23.
- MORAN, J. Metodologias ativas e modelos híbridos na educação. In: YAEGASHI, S. et. All. (Orgs). *Novas Tecnologias Digitais: Reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento*. Curitiba: CRV, 2017, p.23-35.
- MOREIRA, M. E. S.; MOREIRA, N. I. T.; CRUZ, I. L. S.; SALES, M. E. N.; FREIRE, H. C.; POPOLIM, R. S.; ALMEIDA JUNIOR, S. Metodologias e tecnologias para educação em tempos de pandemia COVID-19. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, p. 6281-6290, 2020.
- PASCOAL, M.; HONORATO, E. C.; ALBUQUERQUE, F. A. O orientador educacional no Brasil. *Educ. rev. [online]*. 2008, n.47, pp.101-120. ISSN 1982-6621.
- PASCOAL, M. O orientador educacional no Brasil. *Educação em Revista (UFMG)*, v. n.47, p. 101-120, 2008.
- PASCOAL, M. O orientador educacional no Brasil: uma discussão crítica. *Póiesis Pedagógica*, v. 3, nº 3 e 4, 2006, p. 114-125.
- PIMENTA. S. G. *O pedagogo na escola pública*. S. Paulo: Cortez, 1988.
- PLACCO, V. M. N. S. *Formação e prática do educador e do orientador*. Campinas: Papirus, 1994.
- MORAN, J. M. A contribuição das tecnologias para uma educação inovadora. *Contrapontos (UNIVALI)*, Itajaí - SC, v. 4, n.2, p. 347-356, 2004.
- MORAN, J. M. *Novos caminhos de ensino a distância*. Centro de Educação a Distância. SENAI: Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, G. B.; RAMALHO, L. C. A. O trabalho integrado do orientador educacional e o professor frente à indisciplina. *Revista Scientific Magazine*, v. 1, n. 1, 2006, p. 1-8.

ROSA, M. L. F. *A importância do orientador educacional na gestão escolar*. 38 f. Monografia (Graduação). Universidade Federal de Santa Maria. Santana do Livramento, RS, 2018.

## CAPÍTULO VII

---

# RELATOS DE UM PROFESSOR: OLHANDO PARA O BRINCAR<sup>1</sup>

Hugo Augusto Turaça Leandro

## INTRODUÇÃO

Não há como discutir a educação Infantil nos dias de hoje sem relacionar ao movimento e o brincar, não que todas as outras linguagens não tenham importância, muito pelo contrário, fazem parte de um conjunto para o desenvolvimento de um todo, porém, a referência da criança atual é o brincar. Essa fala fica evidente no texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

Na primeira etapa da Educação Básica, e de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeira), devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. (BRASIL, 2018, p. 25)

Percebe-se então a partir do texto que o brincar além de ser direito assegurado é de suma importância para o desenvolvimento da criança seja cognitivo ou físico e não deve ser considerada como um momento apenas de lazer distinto. Deve, no entanto, fazer parte de toda a rotina da criança dentro da Instituição de Ensino.

Quando se discute a Educação Infantil deve-se levar em consideração que não faz tanto tempo que a mesma foi incluída e reconhecida como educação básica, somente em meados dos anos 90 alcançou-se esse feito e mudou-se a percepção em torno do assunto, compreendendo a criança como sujeito histórico-cultural (OLIVEIRA 2002).

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil.

Com esse novo olhar direcionado a concepção de infância a criança é entendida então como cidadã, adquirindo assim direitos como tal. Dessa maneira cria-se a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9394/96, incorporando assim a Educação Infantil como primeiro nível da educação básica, apesar do feito, vale ressaltar sua não obrigatoriedade. Somente anos depois é que a pré-escola passa a fazer parte e ser obrigatória com a Lei nº 12.769, de 2013. Com isso, os Municípios têm o desafio de conseguir cumprir até o ano de 2016 a inclusão da pré-escola em sua rede de educação.

Com a criação da Educação Infantil, surgem então Instituições para abrigar essas crianças com a intenção de realizar práticas educacionais e não apenas cuidar. Apesar do esforço e devido nossa cultura assistencialista, levou-se muito tempo até que essa visão enraizada fosse desvinculando-se da Educação Infantil. Sendo possível ainda nos dias atuais verificar ainda vestígios dessa cultura.

Independente dos percalços, as constantes evoluções no desenvolvimento das Instituições foram ganhando terreno. Agora sendo a criança o sujeito, direciona-se a ela atividades que venham somar com seu desenvolvimento cognitivo e físico, como jogos dos mais variados modelos, brincadeiras direcionadas ou livres, circuitos com atividades físicas e entre outros.

No entanto, antes foi necessário horas de estudos, discussões, reuniões políticas e com profissionais da área para a elaboração do que seria o currículo para a Educação Infantil. Apesar de muitas Universidades e Faculdades fazerem uso dos mesmos autores e pensadores em seus cursos, cabia a cada Município criar o seu baseado em sua realidade. O que infelizmente acaba fragmentando os conhecimentos quando analisados como um todo.

Surge então a BNCC que faz parte do Plano Nacional da Educação, previsto na Constituição Federal de 1988. Sua primeira versão foi redigida em 2014. Em 2015 o documento ficou aberto para consulta pública, permitindo que toda a sociedade pudesse de alguma forma contribuir com suas opiniões. Aproximadamente 45 mil escolas fizeram parte desse processo de colaboração, levando a segunda versão.

Criada em 2016, a segunda versão viajou o país, para que fosse debatida em seminários. No ano seguinte em 2017, cria-se a terceira versão, carregando consigo um novo ciclo de debates, sendo homologada pelo MEC em dezembro de 2017, porém, as instituições escolares de todo o país têm até o final de 2019 como prazo para implementar de maneira obrigatória a BNCC. Com a implementação da BNCC, espera-se a superação da fragmentação:

Assim, a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida. (BRASIL, 2018, p. 15)

Fica evidente que os olhares não estão direcionados apenas para os anos iniciais e os anos seguintes, mas também para a Educação Infantil, que agora conquista depois de muito esforço seu espaço.

Interessante ressaltar que nem mesmo os autores que estudam a cultura escrita da infância deixam de perceber e compreender a importância do brincar, ou seja, percebem que não devem atropelar o processo de aprendizagem da criança e sua maneira de aprender. Para evidenciar essa fala Souza diz:

Assim, a cultura escrita está presente na escola da infância sem que seja um fardo que entristece as crianças e lhes rouba o tempo precioso do brincar, da pesquisa, da descoberta, da convivência com os outros todos diferentes entre si e com a cultura em sua multiplicidade. Convivendo com os adultos que lêem e escrevem, “sem querer querendo” as crianças vão entrando nesse mundo escrito. (2017, p. 212-213)

A fala da autora reforça o quanto o brincar é importante e deve estar presente no desenvolvimento da criança em todos os espaços, principalmente nas instituições de ensino, para que a criança não carregue como um peso essa leitura e escrita.

A elaboração de uma estruturação demonstra o quanto há uma preocupação maior quanto ao desenvolvimento da criança, tanto que a Educação Infantil é parte consolidada da BNCC. Esse olhar atento permite que as crianças tenham assegurados não somente seus direitos quanto à

educação, mas como essa aprendizagem irá se desenvolver, afastando-se de vez da imagem apenas do cuidar. Cuidar é importante sim, tanto quanto o educar.

## ONDE E COMO ESTUDAR?

No texto acima, foi discutido o quanto o brincar é importante para o desenvolvimento da criança, seus benefícios no desenvolvimento e a importância de uma rotina organizada onde contemple o brincar em qualquer situação, sem a necessidade de distinguir-se das demais experiências, ou seja, pode-se aprender sem ser preciso sacrificar o momento da brincadeira.

Mas a vida reservou para 2020 algo que historicamente já ocorreu de outras maneiras, uma situação que ninguém esperava que acontecesse novamente. Uma situação que abriu espaços para inúmeras e infundáveis reflexões sobre o que é importante ou não, o que deve ser prioridade ou não, enfim, o que fazer e como fazer diante de tal situação?

Há um tempo antes da situação que hoje o mundo vivencia antes da chegada do vírus denominado COVID 19, havia uma preocupação de como uma educação de qualidade poderia alcançar todas as crianças, jovens e adolescentes de uma maneira que pudesse contemplar todos com o mínimo de dignidade. Sabemos também que no Brasil, por mais que a luta seja intensa por uma educação de qualidade, no entanto, sabemos que nesse caminho houve muitas derrotas e vitórias, mas um ideal que estava longe de ser alcançado, talvez até utópico pensar que um dia seria alcançado, enfim, não é esse o tema central do texto, mas, vale ressaltar como a educação no Brasil se encontrava antes, para que em momento algum leve ao direcionamento de que somente o vírus prejudicou a educação, quando na verdade a mesma já vinha sendo desvalorizada por muito tempo, o que o vírus permitiu acontecer foi nada menos do que expor todas as desigualdades sociais, mas como nosso foco é sobre a educação e em especial a Educação Infantil, vamos então guiar para que o texto permaneça com sua intenção firmada.

Como professor da Educação Infantil, desde meados dos anos 2011 até hoje no ano de 2021, pude constatar a falta de interesse por falta do governo seja lá qual for, de investir e pensar na educação como algo de primor e essencial para que o próprio país venha se desenvolver de forma melhor do que se encontra, mas não, o que sempre foi possível perceber foi a falta de cuidado com as escolas, instituições de Educação Infantil, ambos sem estruturas ideais para que toda a parte teórica fosse colocada em prática, enfim, muitas vezes professores gastando seu próprio salário para investir em material que pudesse dar as crianças o mínimo de experiências possíveis. Todas essas questões somadas ao surgimento do COVID 19 amplificaram tudo aquilo que já não estava bom, entretanto, era maquiado.

Na escola ou instituição as crianças conseguiam de alguma forma experimentar, desenvolver, participar e ter um mínimo de contato mesmo que restrito com diversos novos conhecimentos seja por meio de materiais incompletos ou defasados como os computadores, onde em quase sua totalidade não ligam e nunca receberam um suporte de manutenção, do parque interditado que de cinco brinquedos, apenas dois podem ser utilizados, pois, os outros três estão enferrujados e podem ferir as crianças, a televisão que numas instituições com muitos alunos e crianças de diversas idades, é apenas uma para a divisão da escola inteira, sendo necessário seu agendamento, prejudicando assim a elaboração de um planejamento diferenciado e de experimentação onde a criança possa ter contato com o áudio visual direcionado por um professor, enfim, mesmo que dessa forma, seriam nesses ambientes que a criança poderia vivenciar todas essas práticas.

Devemos também destacar que todo material já citado acima, que pode ser considerado defasado seja por sua estrutura física ou operacional (sistemas operacionais – *Windows* e aplicativos), mas ainda assim era o que se tinha para uso, adentramos agora no particular da vida de cada professor, ou seja, na escola ou instituição de Educação Infantil, local esse onde todo suporte deveria estar, é o ambiente ideal para direcionamento de experiências, porém, esse feito além de não ser possível de forma remota, temos, além da não experiência social a estrutura não preparada do professor. Quando o professor comprou seu computador pessoal, seja ele de mesa ou *notebook*, será que comprou com memória suficiente para

armazenar diversos vídeos elaborados por ele ou enviados pelos alunos? Há armazenamento suficiente para guardar as dezenas de fotos das diversas turmas? E o processador desse computador é de última geração, onde consegue trabalhar de forma rápida e otimizada para realizar com rapidez todas as tarefas exigidas pela escola como relatórios, montagens de vídeos, colagem de fotos, conversão de arquivos de vídeo e texto, enfim, o professor comprou para seu uso pessoal ou para a escola? E a câmera para gravar os vídeos, pois a escola não quer que o professor apenas envie textos digitados das atividades a serem realizadas, a escola e secretaria de educação querem algo diferenciado, querem vídeos com fundos musicais, histórias montadas em slides, fundos colorindo o cenário e tantas outras exigências. Com qual câmera gravar os vídeos? Do celular que foi adquirido para uso pessoal e que teoricamente seria o suficiente para suas necessidades, mas agora está lento e demorando em carregar e abrir aplicativos, pois, está abarrotado de conteúdos escolar, enfim, os produtos que o professor comprou para uso pessoal com seu salário, são de quem agora, da escola ou continuam sendo objetos pessoais?

Quem irá pagar a conta de luz do professor que dobrou em sua casa devido ao fato de tantos produtos ligados ao mesmo tempo e por um período longo, digo com relação ao uso para aulas remotas, como inúmeras vídeos chamadas que precisam ser realizadas ou de um *notebook*, computador com câmera ou do celular, detalhe que para uma boa visualização a câmera seja do computador ou celular deve ser de uma boa resolução, caso contrário, a nitidez da vídeo chamada será precária, não sendo possível visualizar de maneira satisfatória. Vale ressaltar também a internet que precisa ser veloz para todo esse feito. É praticamente impossível aplicar uma aula por vídeo chamada por meio de uma conexão de dados. A *internet* que antes o professor tinha e supria suas necessidades pessoais, hoje deve ser dobrada para satisfazer as necessidades escolares. Caso você não tenha tudo isso que foi citado, além de ser malvisto pela escola e coordenação, poderá ser prejudicado em sua vida profissional.

Toda essa conta, quem irá pagar? O mesmo governo de agora ou anteriores que nunca investiram na educação, permitindo que os prédios físicos das escolas e instituições fiquem cada vez mais precários, sem nunca

terem recebido uma reforma estrutural, com locais onde a água da chuva adentra nas salas de aula inundando todo o ambiente, ou seja, se nunca foi investido antes, é notável que não será agora também.

Algo importante destacar de tudo o que fora dito até agora sobre os materiais, é que essa mesma dificuldade que empecilho que os professores enfrentam, os pais e alunos muitas vezes encaram de maneira dobrada, ou seja, no mesmo período vespertino por exemplo, há dois alunos precisando se conectar na *internet* na sala de bate-papo para assistir as aulas, e esses dois alunos ou até mais na verdade, são de uma mesma casa e filhos de um mesmo pai e mãe. Será que essa família estava preparada e com toda estrutura para enfrentar o COVID 19? Todos os filhos têm um celular próprio ou utilizam o de seus pais? Poderia cada um utilizar uma vez, ideia interessante, se não fosse o fato de ambos estudarem no mesmo período e precisando se conectar ao mesmo tempo.

Muitas crianças e alunos assistem às aulas na cozinha sala, enfim, de onde for propício no momento. É possível perceber esses elementos devido às aulas por meio de vídeos chamadas. Não há o mínimo de estrutura e conforto para que a criança ou aluno consiga se concentrar para um bom desenvolvimento, muitas vezes durante o período de aula há um irmão recém-nascido ou de idade menor chorando ou gritando e o aluno que está assistindo aula sentindo-se envergonhado pelo fato dos outros colegas e professores estarem visualizando sua estrutura familiar.

E todas essas questões citadas e tantas outras como o desemprego em massa, infelizmente não podem ser resolvidas num curto período ou prazo, pois, trata-se de qualidade de vida e isso não é de responsabilidade da escola, mas sim de políticas sociais que permitam o mínimo de dignidade possível.

## EDUCAÇÃO INFANTIL: O BRINCAR SEM MOVIMENTO

Foi possível até este momento perceber que a Educação Infantil vem ganhando sua merecida importância, pelos inúmeros motivos já citados anteriormente. Percebeu-se também as inúmeras dificuldades enfrentadas tanto pelos educadores quanto pelas famílias e alunos. Mas agora especificamente iremos destacar algumas dificuldades específicas da

Educação Infantil, como por exemplo, o brincar direcionado que auxilia todo o desenvolvimento físico e cognitivo da criança.

Por meio de uma brincadeira ou jogo, a criança aprende a esperar sua vez, aprende a perder ou ganhar, aprende a lidar com os inúmeros sentimentos que cada situação proporciona, ou seja, o brincar permite toda uma socialização que por sua vez ramifica para diversas aprendizagens.

[...] a criança que brinca sempre, com determinação auto-ativa, perseverando, esquecendo sua fadiga física, pode certamente tornar-se um homem determinado, capaz de auto-sacrifício para de seu bem e dos outros [...] O brincar, em qualquer tempo, não é trivial, é altamente sério e de profunda significação. (FROEBEL apud KISHIMOTO, 2002, p. 23)

Como dito, a brincadeira seja *live*, direcionada ou por meio de jogos, em momento algum deve ser considerada sem significado, seja como for, ela proporciona e leva ao desenvolvimento, sendo possível que as crianças aprendam sem que seja necessário separar ou distanciar o brincar do aprender.

Mas agora, nenhuma dessas práticas podem ser realizadas, não como foram pensadas, criadas ou imaginadas, nesse momento, por meio de vídeo chamada, não é possível socializar de maneira física e elaborar um jogo de contato, como por exemplo, a brincadeira de passar o anel, onde uma criança fica com um objeto na mão, guardando-o com a mão em formato de concha e assim ir passando de mão em mão até escolher onde deixar o objeto. É preciso distanciar-se, é preciso não se tocar, como brincar se você não pode tocar ou movimentar-se?

É possível brincar sozinho e deixar fluir o que as crianças mais sabem fazer, que é o faz de conta, porém, caso seja filho único e more num ambiente somente com adultos, essa criança tinha na escola a oportunidade de socializar-se com outras crianças de sua idade e criar com elas vínculos e elaborar diversas brincadeiras. Como dito, sim, é possível brincar sozinho, mas não é possível movimentar-se com outras crianças e participar de um circuito elaborado pelo professor/a de educação física e passar o bastão em uma corrida para o colega, pois, isso exigira o toque.

Toda a discussão e embasamento da Educação Infantil estão relacionados ao brincar, socializar, construir, elaborar hipóteses, abraçar,

expressar, compartilhar, ou seja, todas as principais características da infância estão comprometidas e separadas por meio de uma chamada de vídeo.

[...] para Wallon, a inteligência tem no desenvolvimento a função de observar o mundo exterior para descobrir, explicar e transformar os seres e as coisas. Esse conhecimento do mundo decorre da transformação do real em mental, isto é, da capacidade do homem de representar o mundo concreto. (ALMEIDA 2012, p. 51)

Não há como descobrir, explicar ou transformar os seres e as coisas por meio de uma tela. Menos ainda criar vínculos afetivos sem poder abraçar ou demonstrar afeto sem estar perto e vivenciar situações como acalmar o colega que caiu e machucou a perna e que agora precisa do consolo seja do professor ou dos colegas para que compreenda que logo aquele simples ralado irá cicatrizar.

É por meio das relações vivenciadas que o ser percebe o outro, que uma criança pode compreender e sentir o outro, ou seja, são as relações as principais motivadoras de uma construção afetiva. Nesse sentido para Wallon:

O eu e o outro constituem-se, então, simultaneamente, a partir, de um processo gradual de diferenciação, oposição e complementaridade recíproca. Compreendidos como um par antagônico, complementam-se pela própria oposição. De fato, o Outro faz-se atribuir tanta realidade íntima pela consciência como o Eu, e o Eu não parece comportar menos aparências externas que o Outro. (1975, p. 159)

São as interações que irão definir e determinar a personalidade do sujeito e sua forma e maneira de interação com o mundo. A maneira que o sujeito irá se direcionar em diversas situações será então determinado pela relação que ele estabelece.

O que é possível perceber é que estamos de volta em um período em que o uso do papel se faz muito presente, situação essa não comum em um ambiente de educação infantil, a não ser para cortar, montar um mosaico ou alguma outra experiência que exigisse o uso do papel ou diferentes papéis coloridos. Mas não, o uso tem sido para realizar atividades de ligar,

encontrar as letras dos nomes, montar alfabetos, circular os números e por aí em diante.

Estamos diante de uma situação em que todos os estudos e falas estão sem saber como ainda, tendo que passar por transformações, ou seja, durante muitos anos e até pouco tempo havia uma grande luta para que se valorizassem as experiências motoras e em ambientes fora de quatro paredes (salas de aulas) para vivenciar com as crianças em pátios, brincar a luz do sol, correr no parque de areia e tantas outras situações. Mas o que estamos vendo e vivendo é totalmente o contrário do que até agora fora defendido, estamos utilizando cartilhas (cadernos de atividades) elaboradas pela secretaria de educação sem nenhum apreço, ou seja, pessoas ou profissionais que talvez nunca adentraram numa sala para saber como são as crianças e seus ritmos, enfim, agora denominadas atividades e não mais campos de experiências, estamos diante do passado ramificado dentro do presente e futuro. Estamos em uma linha divisória muito sensível que a qualquer momento poderá ser rompida e por muito pouco ensinando o B-A, BA.

## CONCLUSÃO

O intuito do texto não é defender a volta às aulas presenciais diante da catástrofe que está sendo a luta contra a pandemia, é interesse do texto o contrário, compreender todas as dificuldades que havia antes do vírus e as dificuldades abordadas agora, como materiais e espaços físicos. É interesse de o texto demonstrar que a educação sempre esteve precária e que a pandemia apenas expôs toda uma situação antes ocultada pelos poderes governantes. A estrutura que não havia antes, muito menos há agora.

É preciso imediatamente analisar e discutir como ensinar, como experimentar, como aprender nesse momento tão difícil e complicado, onde todos os dias pessoas queridas estão partindo por complicações do vírus. É preciso compreender que mais importante do que aprender, é estar vivo, pois, o conhecimento não se desfaz, não morre, mas quem experimenta e aprende esse sim é sensível, esse sim morre.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

KISHIMOTO. Tizuco Morchida. *Jogos tradicionais infantis*; O jogo a criança e a educação. Petrópolis. Rio De Janeiro: Vozes, 1993.

*Lei de diretrizes e Bases da Educação* n.º 9.394 de 20, de dezembro de 1996.

*Lei de diretrizes e Bases da Educação* n.º 12.796, de 04 de abril de 2013.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de Oliveira. *Educação Infantil Métodos*. São Paulo, 2002.

SOUZA, Regina Aparecida Marques de; MELLO, Suely Amaral O lugar da cultura escrita na Educação Infantil, In: COSTA, S. A.; MELLO, S. A. (Orgs) *Teoria histórico-cultural na educação infantil*; conversando com com professoras e professores. Curitiba: CRV, 2017, p.199-215.

WALLON, Henry (1973/1975). A psicologia genética. Trad. Ana Ra. In. *Psicologia e educação da infância*. Lisboa: Estampa (coletânea).

## SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

**Cíntia Rocha Martins** é formada em Direito pela Unifeso (2007) e em Pedagogia pela CEDERJ-UERJ (2020).

**Emmanuel Messias Vilar Gonçalves da Silva** é Doutorando em Ciências Biológicas (Zoologia) na Universidade Federal da Paraíba (CCEN/DSE), atuando no Laboratório de Mamíferos da UFPB. Mestre em Ciências Biológicas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas: Zoologia, da Universidade Federal da Paraíba. Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico de Vitória. Foi Pesquisador bolsista DTIC/CNPq no PPBio da Mata Atlântica (Rede BioM.A.) e bolsista de Apoio Técnico a Pesquisa - Nível Superior - 1A do CNPq, atuando na Coleção de Mamíferos da UFPB. É pesquisador colaborador do Grupo de Estudos dos Morcegos do Nordeste - UFPE/CAV. Integra o Comitê de Saúde Pública da Sociedade Brasileira de Estudos de Quirópteros. Trabalha com morcegos urbanos e suas relações no ciclo epidemiológico da Raiva, educação ambiental, educação em saúde e biogeografia de morcegos.

**Felipe Vieira Gimenez** é formado em Pedagogia - Licenciatura pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2013). Possui Especialização em Docência na Educação Infantil pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS (2016). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS/FAED (2017). Doutorando em Educação pela mesma universidade. É membro desde 2016 do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas de Educação Superior / Mariluce Bittar- GEPPES/MB coordenado pela Professora Doutora Carina Elisabeth Maciel da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS e participante da pesquisa da Rede Universitas/Br do Observatório da Educação/OBEDUC "Políticas, gestão e direito à educação superior: novos modos de regulação e tendências em construção".

**Gustavo Lima Urbietta** possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Católica Dom Bosco (2015) e Mestrado em Biologia Animal (Zoologia) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2018). Atualmente é Doutorando em Ciências Biológicas (Zoologia) na Universidade Federal da Paraíba (2018). Tem experiência nas áreas de Zoologia e Ecologia, com ênfase em Ecologia de Streblidae e Nycteribiidae, Ecologia de Comunidades, atuando principalmente nos seguintes temas: parasitismo em morcegos, interações entre parasitos-morcegos e ecologia de morcegos neotropicais. É pesquisador associado na Sociedade Brasileira para Estudo de Quirópteros (SBEQ).

**Hugo Augusto Turaça Leandro** é mestrando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e possui graduação em pedagogia e Especialização em Docência na Educação Infantil pela mesma instituição. Professor, servidor público, da educação básica do município de Campo Grande- MS. Desenvolve suas pesquisas de forma interdisciplinar nas áreas de ensino, artes e linguagem.

**Luis Felipe Figueiredo Leitão** é professor de História, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Durante a graduação pesquisou sobre políticas públicas educacionais com ênfase na constituição do sistema de ensino, divulgação científica e pedagógica no II Reinado. Também realiza pesquisas de forma independente na área da educação, mais especificamente sobre docência, ensino-aprendizagem e ensino de História. Pós-graduado em nível de Especialização pela Universidade Cândido Mendes em Ensino de História com ênfase em novas mídias para o ensino de História. Mestrando profissional em Filosofia e Ensino pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ com pesquisa analisando o elemento fantasia na arte de aprender e ensinar a partir da metafísica nietzschiana.

## SOBRE OS ORGANIZADORES

**Ronaldo Vinagre Franjotti** em 2002, foi graduado em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) tornado-se habilitado a lecionar Língua Portuguesa, Literatura e Língua Inglesa. Em 2010, concluiu uma especialização em Tecnologias da Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Adquiriu o grau de mestre Letras (área de concentração: Teoria Literária e Estudos Comparados) pela UFMS em 2011. Leciona Língua Portuguesa e Literatura para o ensino médio desde 1999, é professor concursado da Secretaria Estadual de Educação desde 2006. Já lecionou no Cursinho pré-vestibular do estado por três anos, lá, redigiu a apostila de Literatura Brasileira. Escreveu um caderno de Atividades para a disciplina de Literatura Portuguesa do curso de Letras EAD da Universidade Anhanguera. Integra o GPLV - Grupo de Pesquisa Literatura e Vida.

**Tais Turaça Arantes** possui graduações em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (2012); Letras - Português e Espanhol pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2016); Letras - Inglês pela Universidade Estácio de Sá (2018); Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Estácio de Sá (2015). Especializou-se em Orientação Educacional (UNIASSELVI), Educação a Distância (FCE) e Língua Latina (UERJ). Seu mestrado foi em Letras pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2016), no qual desenvolveu a pesquisa sobre Histórias em Quadrinhos e Semiótica. Atualmente cursa o Doutorado em Psicologia Social (UERJ) e Ciência da Literatura (UFRJ). Dessa forma, desenvolve suas pesquisas de forma interdisciplinar nas áreas de ensino, artes, filosofia, linguagem e psicolinguística.



